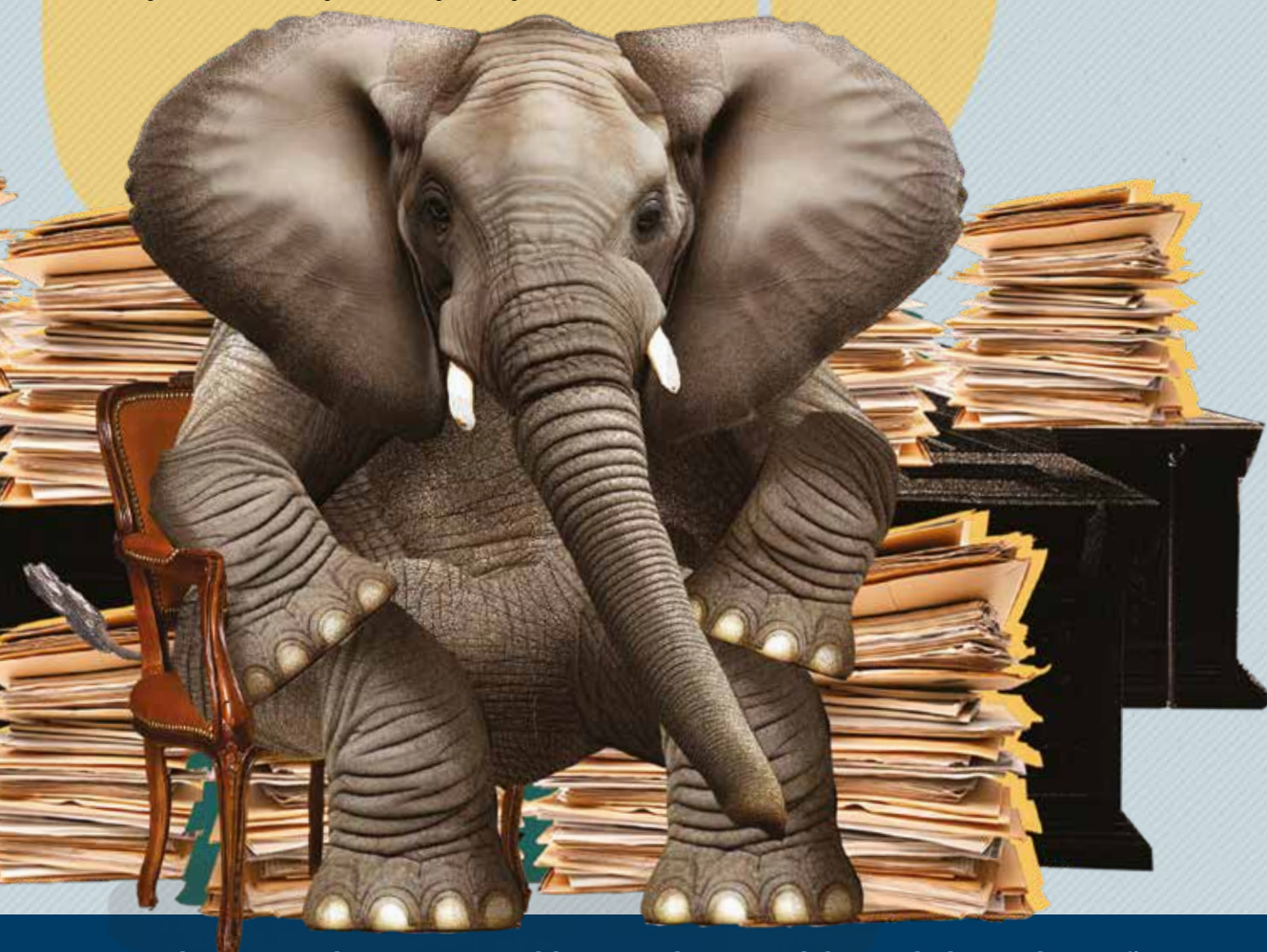


OABRJ COBRA SOLUÇÕES PARA PROCESSOS PARADOS NOS TRIBUNAIS

**Visitas a serventias em todo o estado revelam os
entraves e embasam pressão institucional por
respostas rápidas por parte do Judiciário**



**Leia na entrevista com o presidente Luciano Bandeira um balanço da gestão e
conheça as novidades que vão facilitar o pagamento da anuidade 2025 - páginas 6, 16 e 17**



DIREITO
UERJ

CEPED

**CURSOS DE EXTENSÃO
E ESPECIALIZAÇÃO**

**O Direito
Uerj ao seu
alcance!**



**Acesse nosso
Instagram!**

cepeduerj.org.br

Dia da Advocacia

Sob o Cristo Redentor banhado pelo vermelho rubi, cor que representa a classe, dirigentes da OABRJ promoveram missa em homenagem à classe na segunda-feira, 12 de agosto



CLICK



Visitado em abril deste ano, Araruama foi um dos destinos da comitiva da OABRJ que verificou o andamento processual e a situação estrutural dos cartórios

Foto: Bruno Mirandella

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E PUBLICAÇÕES DA OABRJ/CAARJ

Presidente da OABRJ:
Luciano Bandeira

Diretor de Comunicação:
Marcus Vinicius Cordeiro

Gerente do Departamento de Jornalismo e Publicações:
Eduardo Sarmento

TRIBUNA DA ADVOCACIA
Fundada em 1971 por
José Ribeiro de Castro Filho

Editora:
Clara Passi (MTB 46886/SP)
clara.passi@oabrj.org.br

Projeto gráfico e diagramação:
Victor Marques
victor.marques@oabrj.org.br

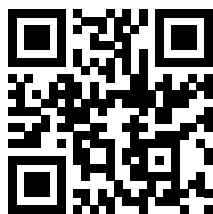
Impressão: Esdeva

Tiragem: 128.000 exemplares

Portal da OABRJ
www.oabrj.org.br

Editora:
Renata Loback
renata.loback@oabrj.org.br

Redes sociais
linktr.ee/oabrj



Aponte a câmera do seu celular para o QR code

Editor:
Aurélio Corrêa Branco
aurelio.junior@oabrj.org.br

Reportagem:
Ana Beatriz Santiago
beatriz.santiago@oabrj.org.br

Mariana Reduzino
mariana.reduzino@oabrj.org.br

Ana Júlia Brandão
julia.brandao@oabrj.org.br

Estagiário:

Josué Matheus Defante
josue.defante@oabrj.org.br

Fotografia:
Bruno Mirandella
Flávia Freitas
jornalismo@oabrj.org.br

Vídeo:
Alexandre Pena
jornalismo@oabrj.org.br

Design gráfico:
Juliana Souza
Micael Zavoli
Raphael Carneiro
jornalismo@oabrj.org.br

Assessoria de Imprensa:
Fernanda Pedrosa
fpedrosa@oabrj.org.br

Departamento de Jornalismo e Publicações
Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo - Rio de Janeiro
CEP: 20020-080 Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150 - jornalismo@oabrj.org.br

Página
16 Acordo com o Bradesco oferece vantagens exclusivas para a advocacia, a principal é a possibilidade de pagamento da anuidade com pontos Livelo

Página
18 Matéria especial mostra esforço inédito da OABRJ, capitaneado pela Comissão de Celeridade Processual, de cruzar o estado para verificar o que anda entrvando a fluência processual nas serventias



Página
26



A megaestrutura de apoio à advocacia que a gestão Luciano Bandeira montou

Página
34



Expansão da parceria da OABRJ com o TRF2 leva perícias do INSS às subseções e facilita a vida da advocacia previdenciária do interior e dos jurisdicionados

Página
40

Já tá pago, é só usar' - Conheça os serviços e produtos que já estão incluídos no valor da sua anuidade



“Gostaria de ser lembrado alguém que tentou **fortale** Ordem para **fortalecer** a ad

TRIBUNA – São mais de 30 meses neste segundo mandato e quase seis anos na Presidência da OABRJ no total. Quais foram as principais dificuldades e realizações neste período?

LUCIANO BANDEIRA – Vivemos diferentes momentos durante este tempo de gestão. No primeiro mandato, encaramos, logo de cara, a pandemia de Covid-19, o que nos obrigou a mudar completamente o rumo para cuidar da advocacia. Este talvez tenha sido o grande desafio, o maior de minha vida profissional. Mas foi essa mesma crise sanitária que impulsionou uma de nossas maiores realizações: a criação dos escritórios digitais, que vieram para suprir a demanda criada com a aceleração da virtualização da Justiça. No segundo mandato, conseguimos – além de fortalecer as estruturas da Ordem, que, atualmente, comportam mais de dois mil colegas trabalhando simultaneamente – unir a advocacia em torno de causas relevantes, como as altíssimas custas judiciais praticadas no Rio de Janeiro e a morosidade processual crônica. Também investimos muito em qualificação, com uma ESA completamente reformulada e um projeto de Mentoria Jurídica que, de forma gratuita, oferece capacitação diária com grandes nomes do Direito. Lotamos a Marina da Glória, o Theatro Municipal, o Vivo Rio e a Fundação Getúlio Vargas em grandes eventos com expoentes do mundo jurídico.

TRIBUNA – Em relação às estruturas oferecidas ao exercício profissional, o que estas representam para a advocacia e quais são os principais desafios para mantê-las?

LB – O recente estudo demográfico da advocacia brasileira realizado pelo Conselho Federal aponta que mais de 70% da advocacia atua de forma autônoma. Boa parte dessa parcela não possui uma estrutura adequada para a realização de todos os atos necessários ao exercício da profissão. E é aí que entra a OABRJ. Temos mais pontos de atendimento espalhados pelo Rio de Janeiro do que o próprio Governo do Estado. São locais com escritórios equipados com computadores, internet de alta velocidade e câmeras que possibilitam a participação em audiências e reuniões virtuais. Os espaços contam com funcionários que prestam suporte em caso de necessidade e, em muitos deles, é possível levar o próprio computador para que sejam instalados os programas exigidos pelos diversos sistemas dos tribunais. Quando falamos que a Ordem está lado a lado com advogados e advogadas, é a isso que estamos nos referindo. São mais de dois mil colegas que podem trabalhar diariamente, de forma simultânea, em nossas estruturas. Este número é impressionante, nenhum outro órgão de classe possibilita algo perto disso a seus inscritos. Eu sempre disse que, em minha gestão, nenhum advogado ou advogada deixaria de trabalhar por falta de estrutura, e estou satisfeito por ter cumprido esta promessa.

TRIBUNA – Historicamente dominada por homens, a advocacia agora é majoritariamente composta por mulheres. Quais foram os principais fatores que você acredita terem contribuído para essa mudança, e como a OABRJ tem apoiado essa nova realidade?

LB – Este é outro ponto do qual muito me orgulho. Fomos pioneiros ao criar a primeira Diretoria de Mulheres em uma seccional, determinamos a participação feminina mínima de 30% em nossos eventos, tivemos uma relevante atuação na aprovação, no Conselho Federal, da paridade de gênero nas eleições da Ordem e rodamos o estado fiscalizando a aplicação da Lei Julia Matos, em defesa das prerrogativas das mulheres advogadas. Mesmo com todos esses avanços, temos que evoluir. O percentual de advogadas cresce de forma sólida, especialmente entre as pessoas mais jovens, e é fundamental a participação cada vez maior das mulheres nos cargos de poder e no processo decisório da advocacia. As mulheres são o futuro de nossa profissão.

TRIBUNA – A tecnologia mudou o exercício da advocacia de maneira irreversível. Como a Ordem tem dado suporte a advogados e advogadas? Como você vê a transformação digital impactando a prática da advocacia nos próximos anos?

LB – Desde o início da digitalização da Justiça, a OABRJ se mobilizou para buscar as melhores condições para a advocacia, tanto na capacitação para o uso das ferramentas e no fornecimento de estrutura quanto na luta perante o Poder Judiciário pela simplificação dos procedimentos e pela garantia de nossas prerrogativas. Além dos espaços sobre os quais já falei, realizamos oficinas gratuitas, campanhas, cursos voltados especificamente a colegas idosos e preparamos nossos funcionários para dar todo o suporte necessário. O momento em que estamos agora é outro: vemos ferramentas cada vez mais avançadas e a inteligência artificial pedindo passagem. É importante que a Seccional siga na vanguarda, capacitando os colegas para acompanhar as mudanças e aproveitando as novidades para facilitar, cada vez mais, o cotidiano de advogados e advogadas. Mas é preciso, também, estarmos atentos. Ao mesmo tempo em que a tecnologia traz mais eficiência, seu uso indiscriminado e sem os testes adequados podem ser prejudiciais. A discussão a respeito de sentenças proferidas por inteligência artificial, por exemplo, já acontece e é cercada de pontos polêmicos. A advocacia tem que ter voz ativa nesses debates.

TRIBUNA – A morosidade processual segue como um dos principais entraves ao exercício profissional da advocacia. Que balanço você faz do giro realizado pelas comitativas da Ordem por todo o estado a fim de levantar os maiores problemas de cada comarca e levá-los às corregedorias dos tribunais?

como cer a vocacia”

LB - Em 2014, a Seccional lançou a campanha Mais Justiça, que trazia um elefante como símbolo de um Judiciário lento e pesado. Dez anos depois, o “Giro da celeridade”, iniciativa capitaneada pela vice-presidente Ana Tereza Basilio, rodou o estado e mostrou que vários dos principais problemas enfrentados por advogados e advogadas permanecem os mesmos. O elefante segue lá. E é isso o que diversos levantamentos feitos com a advocacia ao longo do tempo apontam como uma das maiores dificuldades - se não a maior - enfrentadas por nossos colegas. O balanço é positivo no sentido de constatar in loco tudo o que os advogados e advogadas passam. Nossos dirigentes conversaram com a advocacia, mas também com os servidores do tribunal, que, igualmente, sofrem com a escassez de funcionários e falta de estrutura. Nossa intenção aqui não é simplesmente bater no Poder Judiciário, é resolver os problemas. É apontar o que está errado e buscar soluções conjuntas que favoreçam a entrega da jurisdição, valorizem a advocacia e, conseqüentemente, a cidadania. E não mediremos esforços para isso.

TRIBUNA - Quais são as metas para os últimos meses de gestão? Que legado você acredita deixar ao fim de dois mandatos à frente da advocacia do Rio de Janeiro?

LB - Quero continuar nossas batalhas, seguir ao lado dos colegas, mas, sobretudo, apontar um futuro para a advocacia. O mundo está em constante mudança, e isso acontece cada vez mais rápido. Temos projetos para modernizar nossa gestão e aprimorar o atendimento à classe com o uso da tecnologia, estamos buscando parcerias para fornecer novas ferramentas para o exercício profissional, digitalizando os processos internos da OABRJ e buscando meios para facilitar o pagamento da anuidade e gerar renda para a advocacia. Já na próxima cobrança de anuidade, de 2025, os colegas vão poder usar pontos do programa de recompensas Livel (vinculado ao Bradesco) para quitá-la. Além disso, enviamos ao Conselho Seccional uma proposta de desconto na cobrança para a jovem advocacia. No primeiro ano de carteira, os colegas pagarão metade do valor, já que não estão em pé de igualdade com quem já se estabeleceu no mercado (*leia mais nas páginas 16 e 17*). Nosso futuro está sendo construído diariamente, em cada ação, cada ideia nova. Acho que o legado que eu deixo é algo próximo da frase de Eduardo Seabra Fagundes que eu sempre repito: “não há OAB forte sem advocacia forte, e não há advocacia forte sem OAB forte”. Gostaria de ser lembrado como um advogado que se dedicou a melhorar a vida dos colegas, alguém que tentou fortalecer a Ordem para fortalecer a advocacia.



SUPOORTE
GERENCIAMENTO
CONSELHO
OBJETIVOS

MENTORIA

A ADVOCACIA SE EN

MENTORIA DAY - Mais de dois mil colegas encheram o Theatro Municipal, em 29 de maio, para participar da primeira edição do Mentoria Day, promovida pela Comissão de Mentoria Jurídica da OABRJ. A vice-presidente da Seccional e idealizadora do Projeto Mentoria, Ana Tereza Basilio, abriu o dia contabilizando os números grandiosos de cinco anos de trabalho e rendendo homenagem às figuras que contribuíram para o sucesso das ações de capacitação profissional de dimensões inéditas na história da Seccional. E são milhares - talvez milhões de colegas já impactados.

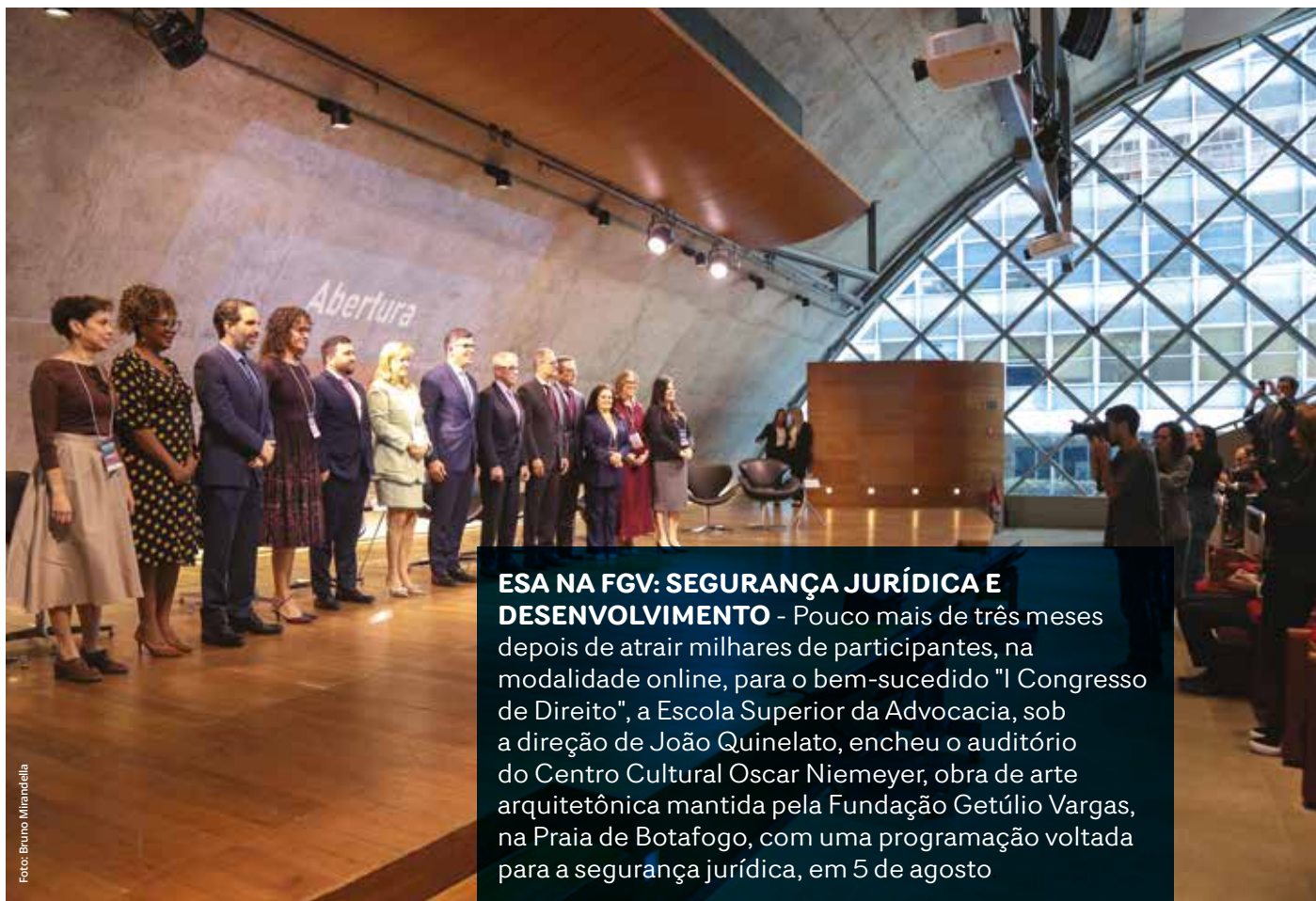


Foto: Bruno Mirandella

ESA NA FGV: SEGURANÇA JURÍDICA E DESENVOLVIMENTO - Pouco mais de três meses depois de atrair milhares de participantes, na modalidade online, para o bem-sucedido "I Congresso de Direito", a Escola Superior da Advocacia, sob a direção de João Quinelato, encheu o auditório do Centro Cultural Oscar Niemeyer, obra de arte arquitetônica mantida pela Fundação Getúlio Vargas, na Praia de Botafogo, com uma programação voltada para a segurança jurídica, em 5 de agosto

CONTROU NOS GRANDES EVENTOS DA OABRJ



A palestra magna foi proferida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Antônio Saldanha Palheiro

Foto: Flávia Freitas



O tesoureiro da OABRJ, Fábio Nogueira

Foto: Bruno Mirandella



Foto: Bruno Mirandella

O diretor-geral da ESA, João Quinelato

30 meses de gestão



Fotos: Flávia Fretas

A ADVOCACIA SE ENCON

XII CONFERÊNCIA ESTADUAL DA ADVOCACIA DA OABRJ - Realizado no pavilhão da Marina da Glória, o megaevento teve ingressos esgotados em poucas horas e público de mais de sete mil colegas. Foi o maior da história da advocacia fluminense - e o primeiro de grande porte realizado após a pandemia. Os 35 anos da Constituição Federal de 1988 foi o tema que atravessou os oito painéis com grandes nomes do universo jurídico. Abaixo, Gisele Kravchychyn, Ana Tereza Basilio, Suzani Ferraro e Luciano Bandeira



III CONFERÊNCIA DA MULHER ADVOGADA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Em 21 de setembro de 2023, a OAB Mulher RJ promoveu um evento no Theatro Municipal que colocou em primeiro plano a mulher advogada sob o mote: "Nossas vozes como protagonistas da transformação social e jurídica". Os diversos painéis foram compostos por mulheres que vêm deixando suas marcas no cenário jurídico e político do Rio e do país.



TROU NOS GRANDES EVENTOS DA OABRJ

Acima: a presidente da Caarj, Marisa Gaudio, a vice-presidente da Comissão Nacional da Mulher da OAB, Rejane Sánchez, o presidente da OABRJ, Luciano Bandeira, a vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio, a presidente da OAB Mulher RJ, Flávia Ribeiro, a secretária de Estado da Mulher, Heloísa Aguiar, e a deputada estadual pelo Psol-RJ Renata Souza

A presidente da OAB Mulher RJ, Flávia Ribeiro



A advogada e empresária Eliane Dias, que ministrou a palestra magna



30 meses de gestão

OABRJ

VII COLÉGIO DE PRESIDENTES
DAS SUBSEÇÕES DA OABRJ

7º COLÉGIO DE PRESIDENTES DE SUBSEÇÃO DA OABRJ DO TRIÊNIO 2022-2024 - União, força, trabalho e dedicação à advocacia foram as palavras que definiram o 7º Colégio de Presidentes de Subseção da OABRJ do triênio 2022-2024, que reuniu os dirigentes de Ordem de todo o estado num hotel na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, em 18 de abril. Aqui, Luciano Bandeira conduz a mesa de abertura do encontro

Foto: Bruno Mirandella

A ADVOCACIA SE ENCO

Fabio Nogueira, Ana Tereza Basilio e Marcos Luiz Souza



As presidentes da OAB/São Gonçalo, Andreia Pereira, e da OAB/Volta Redonda, Carolina Patitucci




A presidente da OAB/Macaé, Ana Agleice



O assessor especial do Departamento de Apoio às Subseções, Hélio Moura, e o presidente da OAB/Petrópolis, Marcelo Schaefer



Foto: Flávia Freitas

A photograph of a panel discussion on a stage. Three people are seated in white armchairs. A woman in a red dress is speaking into a microphone. Behind them, a large screen displays the text 'Inovação' and 'esperar artificial?'. To the right, an audience is seated on a stage. A sign in the background reads 'SEM ADVOGADO NÃO HÁ JUSTIÇA. OABRJ'.

Ana Tereza Basilio, André Gualtieri de Oliveira e Maria Luciana Souza

II FÓRUM DE DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: 'E AI?' - Em 5 de julho, a iniciativa da Diretoria de Inclusão Digital e Inovação da Seccional (liderada por Maria Luciana Souza) atualizou a advocacia nos avanços da inteligência artificial com uma programação com nomes das 'big techs' e analistas dos impactos nos operadores do Direito

Foto: Alex Pena

ENTROU NOS GRANDES EVENTOS DA OABRJ



HABEAS CORPUS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - A OABRJ recebeu a ministra do STJ egressa do Quinto Constitucional Daniela Teixeira para o evento promovido em 6 de junho pela Comissão Especial de Estudos do Direito Penal da OABRJ, presidida por Ary Bergher. O encontro atraiu desembargadores, conselheiros federais e presidentes de subseção, além de colegas do interior que vieram em caravana para prestigiar a ocasião.

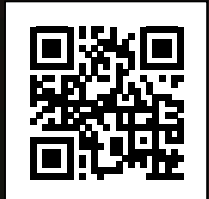


Ana Tereza Basilio,
Livia Madeira e
Luciano Bandeira

A ADVOCACIA SE ENCO



Leia a cobertura completa destes e dos outros eventos no Portal da OABRJ





ENTROU NOS GRANDES EVENTOS DA OABRJ

1º CONGRESSO ESTADUAL DA JOVEM ADVOCACIA DA OABRJ

- No fim de agosto, o Vivo Rio, casa que usualmente recebe grandes nomes das artes, foi totalmente ocupado por novos protagonistas: os jovens advogados e advogadas, que representam o presente e o futuro da profissão. O evento elaborado pela OAB Jovem RJ, presidida por Livia Madeira, apresentou seis painéis temáticos totalmente voltados para as necessidades do(a) advogado(a) 'digital' e os novos desafios do mercado, com nomes que conseguiram aliar a tarimba jurídica à eficiência na comunicação. "Cada vez mais iremos investir no currículo da advocacia", afirmou a vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio, celebrando o sucesso da iniciativa, que atraiu 4.500 pessoas.



Diretoria da OABRJ leva ao Co diminuição de até 50% da anuid

Ausência de uma rede de contatos profissionais estabelecida, a preferência da clientela por advogados e advogadas mais experientes, os altos custos iniciais para se colocar de pé um escritório. É este o cenário que sempre se apresentou a quem dá os primeiros passos como advogado(a). Movida pela intenção de reduzir as desvantagens naturais que pesam sobre os mais de 28 mil colegas com até cinco anos de advocacia, criando, assim, um mercado de trabalho mais equilibrado, a Diretoria da OABRJ acolheu, recentemente, uma proposta da OAB Jovem RJ de redução e escalonamento das anuidades para os iniciantes. A proposta, que foi levada ao Conselho

Seccional, prevê desconto de 50% para os colegas no primeiro ano de profissão e inclui descontos escalonados.

“Sempre investimos na jovem advocacia durante a minha gestão. Este é um pleito muito justo, que foi abraçado não só pela Diretoria da Seccional, mas pelas subseções, locais onde aqueles que estão entrando na profissão muitas vezes enfrentam ainda mais dificuldades”, pontua o presidente da OABRJ, Luciano Bandeira.

O plano prevê um abatimento de metade do valor da anuidade aos entrantes na profissão, percentual que vai diminuindo progressivamente (veja quadro).

Fundamentado por políticas do Plano Nacional de Apoio à Jovem Advocacia

Brasileira (Provimento CFOAB 162/2015) já praticadas em outras seccionais, o projeto foi remetido ao Conselho Seccional para deliberação e aprovação. O passo seguinte é o envio à área financeira da entidade para ser incluído na proposta orçamentária de 2025.

A vice-presidente da Seccional, Ana Tereza Basilio, ressalta que investir no futuro da advocacia é apostar em um país melhor. “É uma medida que trará benefícios não só para a classe, mas para a sociedade, uma vez que ajudaremos a assegurar o futuro de diversos novos colegas que, muitas vezes, precisam de um impulso na carreira. E serão esses advogados

Parceria com o Bradesco oferece benefícios inéditos, como microcrédito e até pagamento da anuidade com pontos Livelo

Foto: Bruno Mirandella



Lívia Madeira, Marcelo da Rocha Miguel, Viviane de Cássia Fusco Oliveira, Heloísa Gotardo, Mabel Teresinha Neves Bello e Carlos Henrique Alves

Conselho Seccional proposta de anuidade de 2025 da jovem advocacia

e advogadas os responsáveis por defender as garantias fundamentais e a cidadania. Vamos investir cada vez mais no jovem, buscando espaços no mercado de trabalho e prosperidade para todos”, afirma.

Para viabilizar o plano apresentado pela OAB Jovem, foi preciso calcular o impacto financeiro que descontos tão significativos acarretariam, como explica o tesoureiro da Seccional, Fábio Nogueira. “Foi um trabalho conjunto de diversos setores da Ordem, incluindo a Tesouraria. Mas com uma análise técnica e planejamento, além do exemplo de outras seccionais, conseguimos chegar a um projeto que não trará prejuízo

algum. Pelo contrário, as finanças não serão afetadas e a advocacia ficará ainda mais fortalecida”.

O projeto foi assinado pela presidente da OAB Jovem, Livia Madeira, que destacou a aplicação da medida não como a concessão de um benefício segmentado para uma parte da advocacia, mas, sim, um apoio de grande valia para aqueles que estão iniciando uma trajetória repleta de desafios no mercado de trabalho. “Essa iniciativa visa proporcionar um alívio financeiro necessário para que os jovens advogados possam se estabelecer e desenvolver suas carreiras de forma sólida e sustentável”, explica Madeira.

Como ficam os descontos:

- **Primeiro ano de inscrição:**
Redução de 50% no valor da anuidade.
- **Segundo ano de inscrição:**
Redução de 40% no valor da anuidade.
- **Terceiro ano de inscrição:**
Redução de 30% no valor da anuidade.
- **Quarto ano de inscrição:**
Redução de 20% no valor da anuidade.
- **Quinto ano de inscrição:**
Redução de 10% no valor da anuidade.

Uma parceria da OABRJ com o Banco Bradesco vai garantir à advocacia uma facilidade inédita no sistema OAB: a possibilidade de pagamento total ou parcial da anuidade de 2025 por meio da conversão de pontos do programa de recompensas Nivelô. Além disso, a Seccional conseguiu que o banco desenhasse soluções financeiras específicas para a classe, pensando, especialmente, nos colegas que estão dando os primeiros passos na carreira: microcrédito que pode ser usado para a compra de material de trabalho; conta sem cobrança na cesta de serviços por um ano e cartão de crédito com anuidade grátis pelo mesmo prazo.

A colaboração foi anunciada no dia 29 de agosto, no 1º Congresso Estadual da Jovem Advocacia, organizado pela OAB Jovem RJ, na casa de shows Vivo Rio.

A cartela de produtos e serviços oferecidos com exclusividade para a advocacia pode ser consultada num site criado pelo Bradesco para os inscritos na OABRJ (banco.bradesco/oabrj).

Pagamento da anuidade com pontos Nivelô

A partir de dezembro de 2024, com os gastos realizados nos cartões de crédito do Bradesco, os advogados e advogadas vão poder reverter os pontos acumulados na conta Nivelô para efetuar o pagamento (total ou parcial) da anuidade da OABRJ. Em breve, o Portal da OABRJ e as redes sociais divulgarão o passo a passo da execução dessa facilidade.

Mas você não precisa esperar para começar a acumular pontos Nivelô se já for correntista Bradesco. Acesse o site (nivelô.com.br) ou baixe o app do programa de recompensas e cadastre-se.

Quem ainda não for cliente Bradesco e tiver interesse de desfrutar dos benefícios da parceria com a OABRJ, pode abrir uma conta corrente pelo aplicativo do banco (com uma jornada personalizada a partir da home), ou, se preferir, numa agência Bradesco. Caso opte pelo atendimento físico, é preciso apresentar a carteira da Ordem e informar o desejo de abrir a conta dentro dos termos da cooperação entre a Seccional e o banco.

Conheça os principais benefícios oferecidos à advocacia:

- **Abertura de conta pelo app com jornada personalizada;**
- **Microcrédito para jovens advogados(as)**
- **Cesta de serviços isenta por 12 meses;**
- **Cartão de crédito com isenção de anuidade por um ano;**
- **Taxas exclusivas em linhas de crédito (crédito pessoal com e sem garantia, programa CDC veículos e crédito com garantia de investimento, imóvel e veículo);**
- **Tag Veloe para pedágio e estacionamento com mensalidade grátis;**
- **Seguro para todas as áreas da sua vida: família, residencial, dental e automóveis;**
- **Portfólio de investimentos;**
- **Acesso ao clube exclusivo de capitalização (em construção);**
- **Cursos gratuitos de formação e desenvolvimento pessoal e profissional na Universidade Corporativa do Bradesco (Unibrad) e na Fundação Bradesco.**

Veja aqui o material que o Bradesco preparou com mais detalhes sobre os produtos destinados à advocacia fluminense



Amarrados à marcha lenta do Judiciário

Em 2014, a OABRJ lançou a campanha Mais Justiça, para buscar saídas para o quadro de lentidão do Judiciário, que era alimentado por cinco problemas principais: a falta de juízes, de servidores, de investimentos nos juizados, de estrutura na primeira instância e de mais respeito ao trabalho da advocacia. O slogan era: “Muitas coisas deixam a Justiça lenta e pesada”.

Dez anos depois, a Seccional constata que o cenário piorou e se lança num esforço inédito de cruzar o estado para verificar o que anda entervando a fluência processual, deixando advocacia e partes reféns da burocracia

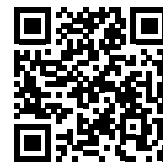
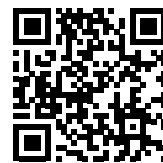


paquidérmica que esmaga o preceito constitucional da razoável duração do processo. As diligências a mais de 120 serventias do estado coordenadas pela vice-presidente da Seccional e presidente da Comissão

de Celeridade Processual, Ana Tereza Basilio, que ganharam o título de Giro da celeridade processual, fundamentaram reuniões com as corregedorias dos tribunais, e o acompanhamento dos pleitos também pelos presidentes das 63 subseções da OABRJ.

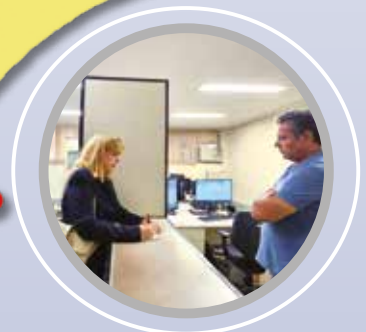
Nas próximas páginas, você vai conhecer mais frentes dessa força-tarefa dos representantes da advocacia fluminense para contribuir com a melhoria da prestação jurisdicional, que inclui vídeos para conscientizar o grande público, já que a ineficiência do Judiciário fluminense não é uma chaga que afeta apenas os operadores de Direito, mas a cidadania de forma geral. Aponte o celular para o QR code e compartilhe

Veja aqui os vídeos da campanha



Escassez de recursos humanos e má gestão cartorária foram problemas encontrados de norte a sul

Acesse o Portal da OABRJ para ler as reportagens com detalhes de todas as diligências por mais de **120 serventias**



COMARCAS/SERVENTIAS VISITADAS ● Angra dos Reis ● Araruama ● Arraial do Cabo ● Barra da Tijuca ● Barra do Pirai ● Barra Mansa ● Belford Roxo ● Bom Jardim ● Bom Jesus do Itabapoana ● Búzios ● Cabo Frio ● Cachoeiras de Macacu ● Cambuci ● Campos dos Goytacazes ● Cantagalo ● Casimiro de Abreu ● Cordeiro ● Duque de Caxias ● Guapimirim ● Iguaba ● Ilha do Governador ● Italva ● Itaboraí ● Itaguaí ● Itaipava ● Itaocara ● Itaperuna ● Itatiaia ● Japeri ● Leopoldina ● Macaé ● Magé ● Mangaratiba ● Maricá ● Mendes ● Méier ● Miguel Pereira ● Miracema ● Nilópolis ● Niterói - Fórum - Juizados - e varas criminais ● Niterói - Fórum Região Oceânica ● Niterói - Varas Cíveis ● Nova Friburgo ● Nova Iguaçu ● Paracambi ● Paraíba Sul ● Paraty ● Pavuna ● Petrópolis ● Piabetá - Inhomirim ● Pirai ● Porto Real/Quatis ● Porciúncula ● Queimados ● Resende

● Rio Bonito ● Rio Claro ● Rio das Flores ● Rio das Ostras ● Santa Cruz ● Santo Antônio de Pádua ● São Fidélis ● São Gonçalo / Alcântara ● São João de Meriti ● São José do Vale do Rio Preto ● São Pedro da Aldeia ● Saquarema ● Seropédica ● Silva Jardim ● Teresópolis ● Três Rios ● Valença ● Vassouras ● Volta Redonda

Capital ● Cidade da Polícia ● Fórum Central - Vara de Expedição de Precatórios ● Juizado Criminal de Botafogo ● Juizado Especial Cível da Gávea ● Juizado Especial Cível da Tijuca ● Juizado Especial Cível de Copacabana ● Juizado Especial Cível de Vila Isabel ● Justiça do Trabalho da Gomes Freire ● Justiça do Trabalho da Lavradio ● Complexo Penitenciário de Gericinó (subseção de Bangu) ● Presídio de Benfica

A luta pela razoável duração do processo não pode esperar

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



Da esq. para a dir.: a secretária-geral da Comissão de Celeridade Processual (CCP), Manoela Dourado; a advogada de Rio Claro Mayra Machado; a presidente da OAB/Rio Claro, Alinne Pena; o presidente da OAB/Campos dos Goytacazes, Filipe Estefan; o presidente da OAB/Magé, Paulo Dutra; o conselheiro seccional, William Takachi; a presidente da CCP e vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio; o diretor do Departamento de Apoio às Subseções, Ricardo Menezes; a presidente da OAB/São Gonçalo, Andreia Pereira; o coordenador dos juizados especiais cíveis da Comissão de Juizados Especiais da OABRJ, Carlos Guedes; a presidente da Comissão de Direito Penal da OAB/Três Rios, Larissa Missias, e advogados ligados à OAB/Campos dos Goytacazes

Foto: Flávia Freitas

Em paralelo à ronda minuciosa pelas centenas de serventias do estado, que tem ocupado a agenda da presidente da Comissão de Celeridade Processual da OABRJ e vice-presidente da entidade, Ana Tereza Basilio, pelos últimos 30 meses - e até mais que isso - existe uma outra frente de batalha, menos visível aos colegas que vêm testemunhando as diligências do "Giro da celeridade". São os esforços envidados perante os tribunais, notadamente o Tribunal de Justiça, já que a Justiça Estadual é a grande dor de cabeça da advocacia.

As causas que estruturam a morosidade processual são várias, e o problema é multifatorial, mas a causa principal é óbvia: a falta de magistrados, de serventuários e estagiários para atender o jurisdicionado e lidar com o acervo volumoso de processos nas varas da capital e do interior. O esvaziamento cartorário, a queda na qualidade do atendimento nas serventias cartoriais e a debilidade generalizada da prestação jurisdicional sentidas pelo advogado comum e vocalizada pelos presidentes de subseção da OABRJ nas reuniões zonais se justificam pelos números.

De 2014 para cá, houve redução de 2.877 servidores no quadro de pessoal do TJRJ. Em 2008, o efetivo de oficiais de justiça avaliadores era de 2.034. Esse número caiu para 1.308 em março de 2022. O tribunal observou



ainda uma grande redução do quadro de analistas com especialidade em execução de mandados. O déficit reconhecido pela Corregedoria do TJRJ é de 291 servidores nesta especialidade. O processamento eletrônico agudizou o drama, pois gerou um acréscimo de mandados.

Se há poucos técnicos qualificados, sobram paliativos precários e temporários, como o uso de mão de obra de estagiários - são mais de cinco mil -, de residentes jurídicos e funcionários terceirizados. Essa escassez generalizada de pessoal é amplamente reconhecida até mesmo pelo próprio tribunal, conforme se verifica em diversas publicações no Diário de Justiça Eletrônico e em comunicações internas de processos

administrativos públicos. Levantamentos aos quais os representantes da OABRJ tiveram acesso indicam que o tribunal subutiliza as verbas destinadas à contratação de pessoal.

Desde o final de 2022, a OABRJ vem pressionando o Tribunal de Justiça a convocar os aprovados no concurso mais recente para os cargos de Técnico Judiciário e de Oficial de Justiça Avaliador. Um abaixo-assinado on-line lançado pela CCP colheu mais de três mil assinaturas em 24 horas. Basilio e membros da Comissão de Celeridade Processual arregimentaram aliados importantes: a Comissão de Aprovados

O conselheiro seccional Jansens Calil Siqueira, o corregedor do TJRJ, desembargador Marcus Henrique Basilio, Ana Tereza Basilio e Manoela Dourado



Foto: Bruno Mirandella

do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que reúne mais de 500 concursados; o sindicato e a Associação dos Oficiais de Justiça (Sindojus/Aoja-RJ). Os advogados da OABRJ buscaram também a Corregedoria do TJRJ para reivindicar em caráter de urgência a convocação destes aprovados.

"O trabalho dos oficiais de justiça é extremamente relevante e essencial para a efetivação do ditame constitucional do acesso à Justiça pelo cidadão. A falta de estrutura deixa milhares de jurisdicionados aguardando providências, por vezes, urgentíssimas, e advogados esperando recebimento de honorários - verba alimentar", ressaltou Basílio.

'A Justiça custa um absurdo'

Outro confronto importante foi a reação à escalada dos valores das custas judiciais do TJRJ. A OABRJ chegou a protocolar, em 17 de abril deste ano, um pedido de providências à Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para invalidar os aumentos das cobranças estabelecidas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), nas tabelas anexas à Lei 9.507/2021. No documento, a Ordem classifica como abusivo o reajuste e afirma que o aumento dos valores representa uma evidente violação do direito do jurisdicionado ao acesso à Justiça previsto no artigo 5º da Constituição Federal, além de evidenciar "a sanha arrecadatória" do Poder Judiciário Estadual.

No Rio de Janeiro, as custas de apelação subiram de R\$ 65,52 em 2012 para R\$ 927,97. O estado cobra R\$ 1.019 por um agravo, enquanto no Distrito Federal o mesmo agravo custa R\$ 42,16.

"Os valores cobrados são proibitivos e isso tem impedido pessoas de ter acesso à Justiça", afirmou o presidente da OABRJ, Luciano Bandeira, à época.

Para Basílio, é preciso que tenhamos custas compatíveis com a capacidade de pagamento daqueles que precisam do Poder Judiciário.

"Quem pretende buscar soluções na Justiça não pode encontrar nesses valores um obstáculo que dificulte o exercício da própria cidadania. A OABRJ reafirma o compromisso fundamental com os direitos da população. Não mediremos esforços para garantir que a Justiça seja mais acessível a todos".

O documento destaca a campanha da OABRJ "A Justiça custa um absurdo", que apresentou as disparidades nos valores cobrados pelo Judiciário em outros estados; e o abaixo-assinado que reuniu mais de 10 mil assinaturas. O pedido de providências é assinado pelo presidente da OABRJ, Luciano Bandeira, e sua vice, Ana Tereza Basílio, pelo então procurador-geral e tesoureiro da Seccional, Fábio Nogueira; pelo presidente da Comissão de Prerrogativas, Rafael Borges; pelo então subprocurador-geral da OABRJ, Erlan dos Anjos e pela procuradora Marcelle Castro Alonso.

Em resposta ao pedido de providências protocolado pela OABRJ, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu prazo de 15 dias para que o Tribunal de Justiça (TJRJ) se manifestasse a respeito das custas judiciais praticadas no estado do Rio de Janeiro.

RAIO-X DO PROBLEMA

Dados do relatório do Conselho Nacional de Justiça "Justiça em Números" de 2024 (base 2023)

CAMPEÃO DE MOROSIDADE

O TJRJ leva em média **3 anos e 9 meses** para chegar até a sentença no primeiro grau, **maior tempo registrado entre os tribunais de Justiça de todo o país**

TEMPO DE GIRO DO ACERVO

Razão entre os processos pendentes e os baixados

Na Justiça Estadual, de forma geral, o resultado é de 2 anos e 7 meses. No TJRJ, esse tempo é de 3 anos. Entre os tribunais de grande porte, o Rio fica na segunda colocação, atrás de São Paulo, entre os que tem pior desempenho.

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

A taxa de congestionamento total mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos. A taxa de congestionamento líquida, por sua vez, é calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório

O TJRJ encabeça a lista entre os tribunais de grande porte, com 74,8% de taxa de congestionamento total e 72,9% de taxa de congestionamento líquida

O TJRJ tem a maior taxa de congestionamento nas fases de execução e de conhecimento, no primeiro grau, entre os tribunais de grande porte

CUSTA CARO

Os tribunais de Justiça dos estados de Goiás, **do Rio de Janeiro**, do Mato Grosso e do Paraná arrecadaram, no ano de 2023, maior volume financeiro, com arrecadação superior a R\$ 2,9 mil por processo ingressado, o que pode ter relação com as

tabelas de custas praticadas nos estados. O Diagnóstico das Custas Processuais Praticadas nos Tribunais produzido pelo CNJ mostra **que os maiores valores praticados nas custas iniciais ou taxas judiciárias mínimas estão no TJRJ**. O TJRJ ficou em **primeiro lugar** entre os tribunais estaduais de grande porte no ranking de valores arrecadados em relação ao número de processos ingressados sujeitos à cobrança de custas. No TJRJ, o valor médio por processo sujeito a custas foi de R\$ 3.228,89. O TJRJ tem o maior custo médio mensal entre os tribunais de grande porte com magistrados(as) e servidores(as) - incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais. O TJRJ gasta por mês, em média, R\$ 92.643 por magistrado e R\$ 16.694 por servidor.

PROCURA-SE JUIZ

O percentual de cargos vagos de magistrado(a) no TJRJ é de 14,7%

FASE DE EXECUÇÃO

Historicamente, as execuções fiscais têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário. O processo de execução fiscal chega ao Poder Judiciário depois que as tentativas de recuperação do crédito tributário restaram frustradas na via administrativa, provocando sua inscrição na dívida ativa. Do total de 26,4 milhões execuções fiscais pendentes no Judiciário, 12,8 milhões (48,5%) estão na Justiça Estadual de São Paulo e **3,3 milhões (12,4%) estão no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.**

O TJRJ é o segundo, entre os tribunais de grande porte, no ranking que mede o percentual de casos pendentes de execução em relação ao estoque total de processos, com 57,9%.

BAIXO ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

O TJRJ registrou um dos piores índices de conciliação do país. O índice registrado pelo TJRJ, de 9,2%, é o terceiro pior do país.



Entrevista com Ana Tereza Basilio

Vice-presidente da OABRJ e presidente da Comissão de Celeridade Processual

“Nosso objetivo é oferecer melhores condições de trabalho à advocacia”

TRIBUNA DA ADVOCACIA – Para além do que se vê (a falta de serventuários, estagiários e juiz titular) a senhora constatou vícios ocultos que perpetuam a morosidade processual nas serventias e que poderiam ser resolvidas administrativamente. Poderia resumir suas conclusões?

ANA TEREZA BASILIO – A escassez de recursos humanos é, sem dúvida, o grande problema do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Independentemente da evolução dos meios tecnológicos adotados pelo tribunal, ainda é necessário aumentar o número, sobretudo de servidores, para atender à alta demanda pelo Poder Judiciário em todo o estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a Comissão de Celeridade Processual da OABRJ tem atuado de forma efetiva, visitando e fiscalizando a situação específica de cada vara (já estivemos em mais de 120 cartórios em todo o estado), cada juizado, com o fim de contribuir com a melhoria das serventias.

O nosso trabalho visa identificar onde existe uma carência maior, dialogar com os servidores de modo a entender o efetivo problema e, por meio da nossa comissão, buscar solução que possa contribuir com um processo mais célere. No entanto, esse não é o único fator que causa a morosidade processual. Existem situações nas quais a própria gestão judicial da serventia influi diretamente na lentidão dos andamentos processuais. Podemos citar como exemplo de situação que causa empecilho à celeridade processual a ausência de juiz titular no cartório, capaz de gerir e supervisionar o desempenho dos servidores. Outra causa frequente é o indeferimento ou minimização das condenações a indenização por dano moral, em demandas ajuizadas nos juzados especiais cíveis. Tal fato frustra o jurisdicionado e gera uma insegurança para nós, advogados. Isso faz com que aumente a quantidade de demandas distribuídas em varas cíveis, em busca de indenizações mais elevadas e compatíveis com o dano sofrido pelo cliente. Esse é o caso, por exemplo, do Fórum Regional de Santa Cruz, no qual o volume de demandas nas duas varas cíveis é de cerca de 14 mil processos, dos quais muitos poderiam ter sido distribuídos nos juzados, mas não são por conta dos baixos valores de indenização por dano moral concedidos pelas turmas recursais e por juízes de juzados especiais em primeiro grau de jurisdição.

TRIBUNA – Em paralelo às visitas aos cartórios de todo o estado,

a senhora tem mantido diálogo constante com as corregedorias do TJRJ e do TRT1. Como tem sido a recepção desses órgãos aos pleitos da advocacia?

ATB – Cada problema que identificamos nas visitas às serventias se torna uma demanda que apresentamos aos tribunais e cobramos soluções. Já alcançamos diversos resultados positivos, tais como a nomeação de servidores para Queimados, juiz titular para a 1ª Vara de Búzios, a criação da 3ª Vara Cível de Santa Cruz, melhorias no sistema de internet no TRT de Petrópolis e tantos outros. O nosso foco é a melhoria como um todo. Como salientado, já conquistamos desde a nomeação de juízes e servidores até o reparo de sistema de ar condicionado. De um modo geral, nossos pleitos são bem recepcionados pelas corregedorias dos tribunais, mas os problemas são diversos e há muito a ser melhorado.

TRIBUNA – Seria possível, depois de tudo o que foi constatado nas mais de cem serventias visitadas pelo ‘Giro da celeridade processual’, estabelecer a causa número um da morosidade processual e as soluções mais urgentes a serem implementadas pelos tribunais?

ATB – Posso dizer que os maiores problemas são a falta de recursos humanos e a má gestão cartorária, pois há serventias com pouca mão de obra e um maior número de demandas que tem um andamento processual mais célere do que outras com mais servidores e menos processos. Há juízes que colocam muitos servidores no gabinete, o que prejudica e atrasa o trabalho do cartório, por exemplo.

Entendo necessária uma capacitação mais profícua, em termos de gestão, para servidores e magistrados, para que estes possam fazer uma melhor gestão dos recursos disponíveis. Afinal, uma serventia bem administrada, com andamentos processuais céleres, gera para o advogado uma confiança no serviço que é prestado pelo tribunal.

TRIBUNA – Como a OABRJ vai continuar atuando neste sentido?

ATB – Vamos continuar visitando regularmente os fóruns de todo o estado, ouvindo a advocacia local de perto, os serventuários da Justiça e levando as demandas à alta administração dos tribunais, sempre com o objetivo de oferecer melhores condições de trabalho à advocacia.

Vara do Trabalho



A vice-presidente da Comissão de Celeridade Processual no âmbito dos Direitos da Advocacia, Carolina Miraglia; a presidente da CCP e vice-presidente da Seccional, Ana Tereza Basilio, o vice-diretor de Valorização da Advocacia no âmbito Trabalhista, Alexandre Bastos, e o diretor do Departamento de Apoio às Subseções, Ricardo Menezes

Justiça do Rio pre

Estado ocupa penúltima posição no ranking de pra



ANA TEREZA BASILIO*

Diz o ditado popular que “a Justiça tarda, mas não falha”. Será? Uma decisão judicial definitiva, proferida muito tempo após o início de um processo, pode ser considerada justa? A celeridade processual é um

dos temas mais debatidos entre os operadores do Direito no Brasil. É tão relevante que foi incorporada ao texto da Constituição, por meio da emenda 45/2004, que, em seu inciso LXXVIII, estabelece: “A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação”.

No Brasil, o tempo médio entre a abertura de um processo e a primeira baixa é de dois anos e oito meses, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O período mais longo é observado na Justiça Estadual, de quase três anos (1.084 dias), e o menor fica com a Justiça Militar Estadual, 333 dias em média. Os prazos variam de acordo com ramo, tribunal, grau e natureza dos processos, e alguns podem até ser considerados razoáveis, mas os meios para garantia da celeridade são mesmo adotados?

No caso do Rio de Janeiro, a resposta é: não o suficiente. A Comissão da Celeridade Processual, da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OABRJ), vem fazendo diligências em fóruns de todo o estado, especialmente no Poder Judiciário estadual. O que temos constatado é carência de servidores e estagiários, falta de juízes titulares, acúmulo de grande quantidade de processos, falta de controle da produtividade de serventuários, principalmente os que trabalham remotamente, processos não digitalizados e sem movimentação há mais de 200 dias, entre outros problemas de gestão que contribuem para a morosidade na prestação dos serviços.

Os dados disponíveis do CNJ mostram que o Rio de Janeiro ocupa a penúltima posição no

cisa ser mais ágil

zo entre início de um processo e a primeira baixa

ranking de prazo entre o início de um processo e a primeira baixa. São, em média, 1.439 dias, ou quase quatro anos, à frente apenas de São Paulo, que registra 1.710 dias. Mesmo diante dessa situação, o Tribunal de Justiça (TJRJ) decidiu, recentemente, não prorrogar o prazo de validade de seu último concurso público, tirando a esperança dos aprovados no preenchimento das vagas e de quem precisa do sistema Judiciário em ter um serviço mais eficiente. Nos cartórios de muitas comarcas, verificamos médias superiores a mil processos para cada serventuário. No âmbito da Justiça estadual do Rio de Janeiro, a pior situação ocorre no primeiro grau de jurisdição, quando o tempo médio entre o início do processo e a primeira baixa é de aproximadamente cinco anos e 11 meses (2.155 dias).

Além de ser a segunda mais morosa do país, a Justiça estadual fluminense também aparece entre as que custam mais caro. No indicador de despesa por habitante, o Rio está em primeiro lugar na Região Sudeste e na sétima colocação, considerando todos os estados da Federação, com R\$ 417. São Paulo, o estado mais populoso, fica em 17º lugar, com uma despesa por habitante 28% menor que a do RJ, de R\$ 299.

Evidentemente, o que a advocacia defende, e de que a sociedade precisa, é efetividade, uma prestação jurisdicional eficiente, sem prejuízo da qualidade das decisões ou comprometimento da segurança jurídica. E, para ser efetiva, a justiça precisa se dar em tempo oportuno, com prazos razoáveis

Aprimoramento da gestão, recursos humanos, financeiros, uso de tecnologia, inteligência artificial e até medidas legislativas. Todos os meios devem ser usados e reavaliados constantemente para que a busca pela celeridade processual seja permanente. Caso contrário, teremos uma Justiça que falha por não fazer o suficiente para não tardar...

***Vice-presidente da OABRJ**



OABRJ

55ª Subseção - Méier
CASA DA ADVOCACIA



A OAB/Méier e seus mais de **7 mil advogados** e advogadas ganharam casa nova, como diversas outras subseções pelo estado. A subseção mudou-se para um prédio de quatro andares na Rua Lucídio Lago, nº 345, ponto com fácil acesso a transporte público. Em **1,4 mil metros quadrados**, há um auditório para mais de cem pessoas, **30 escritórios digitais**, **25 baias** para peticionamento eletrônico - sete delas destinadas a pessoas com deficiência, que dispõem também de um elevador adaptado.

Inauguração em maio de 2024



2.500

colegas podem trabalhar ao mesmo tempo nos espaços da OABRJ em todo o estado

2 prédios da Justiça do Trabalho no Centro do Rio (Rua do Lavradio e Avenida Gomes Freire) ganharam rede de wi-fi para uso exclusivo da advocacia

A ESTRUTURA CONSTANTEMENTE REFORMADA E AMPLIADA QUE A OABRJ OFERECE À ADVOCACIA **EM NÚMEROS**



234

pontos de atendimento, alguns deles equipados com sala de amamentação, brinquedoteca e fraldários, que incluem 12 casas da advocacia



450

é o número de escritórios digitais funcionando em todo o estado

9

mil colegas se beneficiaram com o convênio que permite solicitar, pelo Portal da OABRJ, andamentos de procedimentos em todas as delegacias da Polícia Civil no estado

(dado de julho de 2024).

1 Posto do Detran na Casa das Prerrogativas Celso Fontenelle

Sala de atendimento exclusivo na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja)



Dezenas de parlatórios e salas climatizadas em penitenciárias do estado do Rio renovados e equipados



VOCE SABIA?

Pelo Portal da OABRJ é possível acessar:

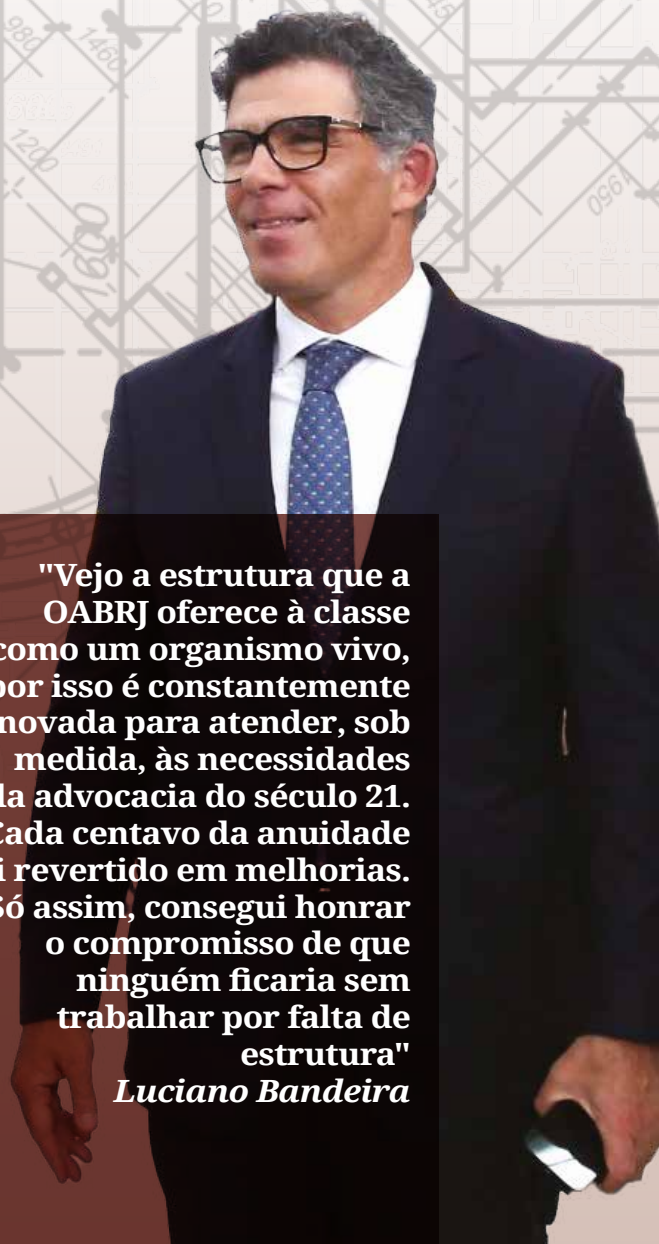


- **Serviços do Processo Administrativo Previdenciário (PAP), concentrando as ferramentas relacionadas ao sistema "INSS Digital" para agilizar demandas de advogados e advogadas.**

- **A pauta das audiências de custódia de Benfica, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda, enviada pelo TJRJ, o extrato de pena e o alvará prejudicado.**

- **A localização dos internos do sistema penitenciário estadual. Antes, essas informações eram fornecidas aos colegas por um servidor da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) por telefone ou WhatsApp. A advocacia ganhou um atalho para acessá-las diretamente no Sistema de Identificação Penitenciária (Sipen).**

"Vejo a estrutura que a OABRJ oferece à classe como um organismo vivo, por isso é constantemente renovada para atender, sob medida, às necessidades da advocacia do século 21. Cada centavo da anuidade foi revertido em melhorias. Só assim, consegui honrar o compromisso de que ninguém ficaria sem trabalhar por falta de estrutura"
Luciano Bandeira



Conheça os planos à advocacia e esco



- Planos que custam a partir de R\$ 148,43 por mês
- Para pessoas com idade entre 59 e 64 anos a opção mais econômica custa R\$ 980
- Valores mais baixos que os comercializados no mercado
- Diversos tipos de dependentes (cônjuges ou companheiro(a) de união estável; ex-cônjuge ou ex-companheiro(a); filhos e enteados; genro e nora; netos e bisnetos; irmãos, sobrinhos e cunhados)
- Maior rede própria de hospitais da América Latina
- Rede credenciada com forte presença na Baixada Fluminense

** Os boletos são emitidos pela administradora G2C*



- Abrangência nacional
- Melhor rede credenciada do estado do Rio de Janeiro, com 2.500 hospitais credenciados e 119 hospitais próprios pelo Sistema Unimed de Saúde
- Maior rede de médicos credenciados do Brasil
- Melhor tecnologia de atendimento telepresencial
- Desconto em medicamentos



- Os indicados não precisam ser da família do advogado(a)
- Menor preço do mercado para clientes a partir de 49 anos e expertise no cuidado do público sênior
- Reajuste mais barato que os demais planos (determinado pela ANS)
- Rede credenciada com 97 hospitais, 35 unidades próprias em seis estados mais o Distrito Federal



que oferecem benefícios lha o ideal para você



- 2 a 99 vidas
- Disponível também para sociedades unipessoais mediante adesão de um dependente
- Cobertura de um ano para atendimento médico-hospitalar aos dependentes em caso de morte dos funcionários titulares
- Cobertura para check-up aos beneficiários do plano sênior
- Assistência funeral inclusa
- Inclui plano odontológico



- Valores a partir de R\$ 137,10
- Planos por adesão, com ou sem coparticipação, e internação em quarto coletivo ou individual
- Rede própria com uma ampla variedade de especialidades para atender às necessidades de todos os beneficiários com: maternidade, pediatria, cardiologia, oncologia, saúde mental e muitas outras
- Equipe médica qualificada, estrutura de ponta, equipe especializada e atendimento humanizado
- Benefício Farmácia, com descontos de até 40% em medicamentos nas principais redes do país
- Telemedicina, para você ter atendimento médico de qualidade onde e quando precisar
- Programa de acompanhamento para beneficiários com hipertensão, diabetes, obesidade e gestantes
- Possibilidade de incluir pai, mãe, avô, avó, filhos, enteados, irmãos, sobrinhos, cunhado companheiros como dependentes



- Plano por adesão, sem limite de idade e sem coparticipação
- Planos a partir de R\$ 180,10
- Além da rede credenciada, você conta com as Leve Clínicas. São sete unidades onde podem ser agendadas consultas e diferentes exames, de forma presencial e também por meio da telemedicina
- Pela OAB Saúde, você consegue cobertura de obstetrícia
- Modalidades que dão direito a atendimento no Pró-cardíaco e no Hospital Vitória
- Um plano para você e sua família: inclui pai, mãe, tios(as), sobrinhos(as), avô e avó como dependentes
- Clube de benefícios para os clientes

‘Cipop-Rua’: OABRJ arregimenta v acesso à Justiça de pessoas em

Nos últimos 30 meses, a OABRJ tem se mobilizado para fortalecer, por meio do trabalho voluntário de dezenas de advogados e advogadas, um projeto do Conselho Nacional de Justiça voltado ao acesso ao Judiciário e à retirada de documentos pessoais de pessoas em extrema vulnerabilidade social, o Cipop-Rua/RJ. Coordenada pelas comissões de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ), sob a presidência de José Agripino; e de Assuntos Relacionados à População em Situação de Rua, liderada por Anna Borba; a iniciativa toma forma na sede do projeto, nas proximidades da Central do Brasil (Rua Senador Pompeu, 243, Centro). Cipop-Rua quer dizer Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua. A implementação da ação no Rio de Janeiro ficou a cargo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de

Janeiro (TJRJ) e envolve outros atores do sistema de Justiça. Recentemente, o INSS passou a integrar esta rede, para que a concessão de direitos previdenciários aos assistidos seja facilitada. A instalação do posto do INSS foi feita pessoalmente pelo ministro Carlos Lupi, em julho deste ano. Com uma média de cerca de 50 atendimentos diários – mas que em algumas ocasiões podem chegar a 70 –, sendo 10 em média só da equipe de voluntários da OABRJ.

Outras entidades que participam do Cipop-Rua/RJ são: o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1); o Ministério Público do Trabalho; a Defensoria Pública do Estado; o Tribunal Regional Eleitoral (TRE); a Prefeitura do Rio de Janeiro; a Junta Militar RJ; a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do RJ (Arpen); a Fundação

Leão XIII e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

“Este é um projeto de cidadania que ajuda pessoas a resolverem problemas básicos, como a emissão de certidão de nascimento e título de eleitor, e a Ordem está contribuindo no atendimento à população em situação de rua com nossos voluntários que trabalham de forma dedicada e graciosa. A OABRJ acompanhará a expansão do projeto por meio de suas subseções”, diz Luciano.

“Tenho muito orgulho desse trabalho e estou aqui para expressar minha gratidão por vocês que encarnam verdadeiramente o espírito da advocacia e fazem com que nos sintamos mais cidadãos”.

A vice-presidente Ana Tereza Basilio afirma que o projeto se coaduna com as missões institucionais mais valiosas da OAB.



O procurador-geral da CDHAJ, Paulo Henrique Lima, e o presidente da comissão, José Agripino com voluntários do Cipop-Rua

Foto: Flávia Freitas

voluntários para projeto do CNJ de extrema vulnerabilidade social

"Falamos do compromisso da entidade com a sociedade, a defesa dos direitos humanos e o atendimento aos necessitados é um compromisso fundamental, estatutário e institucional, que independe de qualquer mudança administrativa na entidade", sinaliza.

Agripino, que já atuou como voluntário no projeto, avalia que a participação da advocacia valida o juramento que cada colega faz de lutar pela aplicação da lei, pela defesa dos direitos humanos e da Constituição.

"Ao designar a presidência da Comissão de Direitos Humanos a um homem preto, o presidente Luciano Bandeira afirmou a importância da representatividade. Estamos comprometidos com uma Ordem diversa e democrática, que atende aos interesses da advocacia, e com o projeto do Cipop, que materializa a efetivação dos direitos humanos".

"Sempre que penso no Cipop, lembro de como a nossa função como advogados faz parte daquilo a que nos propusemos quando entramos na faculdade ou passamos no Exame da Ordem: ajudar o próximo", afirmou Anna Borba. "Sem os advogados e advogadas, os direitos não se efetivam. É através do trabalho dos voluntários que estamos ajudando a tirar essas pessoas desse cenário de invisibilidade, e isso nos dá certeza de que a Ordem está no caminho certo e de que a advocacia está cumprindo seu papel".

O advogado voluntário Paulo César da Silva, que coordena os atendimentos ao lado das advogadas voluntárias Amanda Luis e Mônica Pinheiro, descreve o espaço como um "verdadeiro escritório da OABRJ".

"Tivemos casos de pessoas que nem sabiam que tinham direitos trabalhistas já consagrados ou de indivíduos soropositivos que estavam sem receber as medicações a que tinham direito. A ideia é que tudo se resolva aqui muito rapidamente, por isso a importância de termos todos esses órgãos reunidos trabalhando juntos".

Presidente da Comissão de Articulação de Programas Sociais do TJRJ, a desembargadora Renata Cotta destacou a atuação da Seccional e falou dos projetos de expansão para outros municípios do estado.

"Só tenho elogios à participação da OABRJ e dos que se voluntariaram para trabalhar nessa causa. Já são 200 advogadas e advogados voluntários assistindo integralmente a quem mais precisa. Era importante que a população em situação de rua tivesse um espaço que pudesse reconhecer como seu, no qual será atendida, poderá tirar documentos e entrar com ações. É essencial que esse trabalho seja divulgado e hoje já temos uma equipe de Niterói que veio conhecer o projeto, porque nossa intenção é, pelo menos até o final deste ano, expandir as atividades para Niterói e Duque de Caxias".



José Agripino, Anna Borba Taboas e Luciano Bandeira

Serviço

Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua (Cipop-Rua)- Rua Senador Pompeu, s/nº, Centro, junto à Central do Brasil. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 11h às 16h30.

Advogados e advogadas, estagiários e estagiárias interessados em participar devem preencher um cadastro na Área Restrita do Portal da OABRJ.

Na tela inicial de Área Restrita, clique em: "Benefícios, parcerias e

convênios" e responda o formulário de inscrição, informando em quais áreas do Direito gostaria de atuar - Família, Previdenciário, Criminal, Cível e Trabalhista. É possível atuar como voluntário(a) em mais de uma área.

Após o cadastro, os inscritos são contactados pela Comissão de Assuntos Relacionados à População em Situação de Rua da OABRJ para determinar a agenda de atendimentos. As atividades contabilizarão horas de atividades complementares para estagiários.



Ana Tereza Basilio, Anna Borba Taboas e Carlos André Pedrazzi

OABRJ dá contribuição histórica para o combate ao racismo estrutural no Judiciário

Foi publicado no dia 31 de julho, no Diário Eletrônico da OABRJ, o Plano de Valorização da Advocacia Negra e Indígena, valioso instrumento de avanço da igualdade racial cuja idealização pela gestão Luciano Bandeira tem o intuito de gerar um impacto que extrapolará o âmbito institucional para alcançar o sistema de Justiça de forma ampla.

Para que o plano já comece a gerar efeitos, ou seja, comece, de imediato a viabilizar o acesso de pessoas negras aos espaços institucionais da Ordem e ambientes do sistema de Justiça, a OABRJ oficializou o principal avanço: a cota racial nas listas do Quinto Constitucional, que torna obrigatória a presença de ao menos 30% de candidatas negras e negros.

Estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado em maio de 2024, revelam que o percentual de negros e negras no Poder Judiciário é de apenas 14,3% e indicam que quanto mais alto o cargo, mais difícil, desafiadora e inoportuna é a ascensão do povo preto no âmbito da Justiça.



Ivone Caetano

O Plano de Valorização da Advocacia Negra e Indígena, um requerimento feito pela Diretoria de Igualdade Racial da OABRJ e pela Comissão OAB Mulher RJ, foi aprovado em março deste ano pelo Conselho Pleno, com relatoria da conselheira seccional e assessora legislativa da Presidência da OABRJ, Anna Borba Taboas, e terá sua implementação comandada pela

secretária-adjunta da Ordem, Mônica Alexandre, primeira mulher negra a ocupar um posto na Diretoria da Seccional.

Também em contexto institucional, o Conselho Federal da OAB aprovou em 2020, por unanimidade, a efetivação das cotas raciais e de gênero, que foram implementadas nas eleições da atual gestão. Assim, já são destinadas 30% das vagas para advogados e advogadas pretos e pardos em todos os níveis das chapas da OAB, inclusive na Caixa de Assistência. Desde a posse da gestão atual do presidente Luciano Bandeira, a OABRJ trabalha com políticas afirmativas obrigatórias e efetivas.

"Nesta gestão, tivemos o maior avanço em 93 anos de história no sentido de reparar e de incluir negros e negras no sistema OAB. Fomos a primeira a instituir a paridade e temos a primeira mulher negra como diretora da



Flávia Ribeiro

Foto: Flávia Freitas

OABRJ. Temos consciência da responsabilidade de trabalhar pela pauta da inclusão e igualdade racial, mas tudo o que fizemos até aqui foi na tentativa de minorar o racismo estrutural em nossa sociedade. Racismo é algo extremamente sério e um tema caro para todos na Seccional", considerou Luciano.

O Plano de Valorização da Advocacia Negra e Indígena prevê, ainda, audiências públicas periódicas para que a OABRJ consiga acompanhar o pulso dos

desafios enfrentados pela advocacia negra, contando com dados e informações oriundos de movimentos sociais para embasar a elaboração de políticas institucionais que serão conduzidas pelas comissões ligadas à pauta. A ideia é fazer com que a Seccional enxergue a advocacia da maneira que a sociedade a vê, criando também meios de atender às necessidades dos profissionais pretos e indígenas que atuam nas subseções.

"A valorização da advocacia negra é um pilar fundamental que a OABRJ reforça. Sabemos que a luta contra o racismo e pela igualdade racial é um desafio contínuo, que exige o nosso empenho diário. A inclusão de advogados e advogadas negras em posições de destaque e liderança na Seccional é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é algo de grande destaque na gestão do nosso presidente Luciano Bandeira", diz Mônica.

"Diante das circunstâncias, o presidente Luciano percebeu a importância de garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que todos tenham as mesmas oportunidades de prosperar em nossa profissão. Esta conquista é fruto de anos de esforço e do compromisso inabalável de todos aqueles que acreditam em uma advocacia rica em diversidade e inclusão", enfatiza.

Ela prossegue: "Devemos celebrar, sim, mas também nos comprometer a continuar trabalhando para que a paridade de gênero e a valorização da advocacia negra sejam uma realidade consolidada e permanente. Precisamos assegurar que essas conquistas sejam refletidas em todas as esferas de nossa profissão, desde os escritórios de advocacia até as salas de aula, os tribunais e, claro, nossos conselhos".

Para a presidente da OAB Mulher RJ, Flávia Ribeiro, a implementação do plano representa um marco histórico para a OABRJ, não apenas como um avanço institucional, mas uma afirmação de compromisso com a justiça social e a igualdade.

"A presença obrigatória de 30% de candidatos negros e negras nas listas do Quinto Constitucional é um passo crucial para a reparação histórica e a inclusão efetiva dentro da Ordem. Este plano precisa ser colocado em prática de forma contínua, garantindo que suas conquistas sejam consolidadas e mantidas nas próximas gestões, para que a diversidade e a inclusão se tornem a norma em nossa profissão".

Segundo a diretora de Igualdade Racial da Seccional, Ivone Caetano, a aprovação do plano pela OABRJ é um passo fundamental para promover a diversidade e enfrentar as desigualdades no campo jurídico. "Idealizado exclusivamente pela Diretoria de Igualdade Racial e pela Comissão OAB Mulher, este plano reflete um compromisso firme com a inclusão e a justiça social, fortalecendo a presença de advogados negros e indígenas na advocacia. A expectativa é que essa iniciativa inspire novas ações e estratégias que ampliem ainda mais as oportunidades e a visibilidade desses profissionais, reforçando o compromisso da Ordem com uma advocacia mais representativa e plural".



Mônica Alexandre Santos

Foto: Flávia Freitas

e-Sociedade: OABRJ firma convênio com a Jucerja para criar sistema que permitirá registrar sociedade de forma remota

A OABRJ firmou um convênio com a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) para a criação do e-Sociedade, um sistema que permitirá a abertura de sociedades de advocacia de forma automatizada e centralizada, poupando os colegas da necessidade de deslocamento até a sede da Seccional, a Prefeitura e a Receita Federal para instituir um CNPJ e ter os alvarás de funcionamento de sua sociedade. O acesso será pelo Portal da OABRJ.

Operado pela Redesim no Rio de Janeiro, o sistema, além de tornar os atos de registro mais rápidos e práticos para a advocacia fluminense, também facilitará as alterações contratuais e o gerenciamento de atos societários. Além da Jucerja, o advogado e a advogada terão fácil acesso a órgãos de licenciamento municipais e estaduais, como o Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro (RCPJ), Sefaz, Inea e Corpo de Bombeiros.

“Essa parceria certamente vai melhorar o dia a dia da advocacia, que terá todas as facilidades para abrir uma sociedade sem precisar vir à Seccional e ir até outros órgãos de registro”, comentou a vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio.

O acordo começou a ser costurado no dia 13 de junho, quando Basilio foi convidada

pelo presidente da Jucerja, Sergio Romay, a participar da sessão plenária da entidade.

Na ocasião, a vice-presidente da OABRJ falou sobre as parcerias entre as duas instituições e abriu as portas para a nova iniciativa.

Estavam presentes na sessão, ainda, a conselheira seccional, Candida Terra, o diretor do Departamento de Apoio às Subseções, Ricardo Menezes, e a diretora de Apoio à Advocacia e presidente da Comissão de Direito da Pequena e Média Empresa, Emília Garcez, que é uma das responsáveis pela Sala do Empreendedor, espaço oferecido pela Jucerja para o exercício da advocacia.

Garcez, ressalta que a nova parceria teve como principal mote o avanço tecnológico e a constante modernização da advocacia.

“Essa iniciativa vai muito além de uma simples modernização de processos. Representa nosso compromisso com a



Da esq. para dir.: Ricardo Menezes, Anna Gayoso, Ana Tereza Basilio, Sergio Romay, Gabriel Voi, Emília Garcez, Cândida Terra, William Rocha

inovação, a sustentabilidade e a eficiência, pilares que guiam a gestão da OABRJ.

A mudança não diz respeito apenas à tecnologia, tem o objetivo de proporcionar à advocacia mais tempo para o que realmente importa: exercer o Direito com excelência, defender os interesses dos seus clientes e contribuir com a justiça. Vai nos permitir sermos mais inclusivos, mais ágeis e mais preparados para o futuro”, considerou Garcez.

O sistema ainda está em desenvolvimento pela Seccional, então, acompanhe as nossas mídias para saber quando será lançado e aprender a manuseá-lo.

Seccional entra na última etapa da transição administrativa para o digital

A OABRJ promoverá para seus funcionários, ainda em setembro, um treinamento sobre o Sistema de Gestão Documental (SGD), que será implantado em etapas e funcionará como plataforma única por onde tramitarão todos os processos internos da Seccional, desde as solicitações das comissões, passando pelos procedimentos do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e outras questões administrativas. A iniciativa é mais um passo no intuito de acabar de uma vez por todas com o uso de papel na burocracia interna.

“Além da questão ambiental, a tramitação digital facilita a organização, automatiza as buscas, facilita a elaboração de relatórios e gera uma economia significativa de recursos”, explica o presidente da OABRJ, Luciano Bandeira.

Na prática, o sistema digitaliza todos os processos internos em uma única base de dados, integrada ao Cadastro Nacional dos Advogados, ao Conselho Federal e às outras seccionais e subseções. “A implantação do SGD acontece de forma gratuita graças a um acordo com a OAB Nacional, que sempre foi parceira nas questões que têm como objetivo modernizar

a gestão e facilitar a vida de advogados e advogadas”, pontua a vice-presidente da Seccional, Ana Tereza Basilio.

Um dos primeiros órgãos beneficiados pela novidade será o TED, presidido por Carlos Alberto Menezes Direito Filho, também um entusiasta do uso da tecnologia para aprimorar o processo disciplinar. “Contamos sempre com o incentivo da atual gestão. Foi assim que conseguimos modernizar as salas de audiência, atualmente equipadas para realizar sessões virtuais em todo o estado. Com a digitalização em curso, o colega que está mais distante vai poder acessar processos em que estiver envolvido, seja como parte ou advogado, e poderá prestar uma assistência muito mais rápida e precisa”, afirma.

O presidente do Tribunal de Ética ressalta ainda a importância da produção de dados estatísticos para as próximas gerações. “Teremos as infrações que são mais cometidas, a razão pela qual são cometidas, as punições mais recorrentes e poderemos traçar planos para que a advocacia consiga evoluir no sentido de reduzir ao máximo as infrações”.



A secretária-geral da Comissão de Celeridade Processual da OABRJ, Manoela Dourado; o presidente da OAB/Cachoeiras de Macacu, David Ruas; a vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio; o diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o juiz titular da 25ª Vara Federal, Eduardo André Brandão de Brito, o presidente da OAB/Campo Grande, Rodrigo Plaza, a presidente da Comissão de Previdência Social Pública e Complementar, Suzani Ferraro, e a presidente da Comissão Especial da Justiça Federal, Alessandra Lamha, em reunião, em julho, para solicitar a reinstalação de posto da Justiça Federal em Campo Grande e propor a expansão do convênio que garante a realização de perícias médicas e exames do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos prédios das subseções da OABRJ

Foto: Bruno Mirandella

Expansão da parceria com o TRF2 que leva perícias do INSS às subseções muda a realidade da advocacia

Concretizado pela primeira vez em 2022 e em franca expansão, o projeto da OABRJ com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região de instalação de salas de perícias médicas do INSS nos prédios de subseções da OABRJ mostra que o bom diálogo institucional é capaz de preencher lacunas provocadas pela falta de capilaridade da Justiça Federal no interior e colocar a farta estrutura da Ordem no estado a serviço da eficiência da prestação jurisdicional.

A possibilidade de se realizar perícias médicas do INSS em subseções leva para perto da advocacia previdenciária e do domicílio

das partes um serviço que só estaria disponível a dezenas de quilômetros, em outros municípios. Com as distâncias de deslocamento encurtadas, a rotina do

“**A advocacia só tem a ganhar quando consegue abertura para colocar suas demandas imediatas e pleitos mais estruturais relacionados à prestação jurisdicional dos tribunais. Os resultados da relação bem-sucedida com o TRF2 são prova de que a Seccional está no caminho certo, diz Lamha**”

jurisdicionado - em sua imensa maioria cidadãos hipossuficientes, muitos idosos e/ou com problemas de saúde - ficou mais fácil e mais barata. Mais fluidez na etapa da perícia significa menos carga para as varas federais, mais celeridade processual e mais chance de resolução de demandas em tempo razoável. Hoje, as subseções de Maricá, Campo Grande, São Fidélis e Santo Antônio de Pádua já

têm espaços em pleno funcionamento onde são realizados dezenas de atendimentos diários. Pirai, Saquarema e Bom Jesus do Itabapoana estão prestes a inaugurar seus locais próprios, e a lista não para de crescer. “Tivemos um ‘boom’ de demanda previdenciária no estado inteiro. O que a Seccional busca



Foto: Flávia Freitas

é facilitar o acesso disponibilizando as salas de perícia nas subseções da OABRJ, pois a nossa preocupação é com as áreas menos povoadas e isoladas e com as pessoas que não têm condições de se deslocar por grandes distâncias”, considera a vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio. Esse estreitamento do diálogo entre a Ordem e o TRF2 - que é articulado, principalmente, pelo diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o juiz titular da 25ª Vara Federal, Eduardo André Brandão de Brito, e com o apoio do presidente do TRF2, o desembargador

Guilherme Calmon, e da corregedora da corte, a desembargadora Leticia de Mello Sanches - além de viabilizar a expansão acelerada do projeto, também contribuiu para que pleitos antigos da advocacia saiam do papel. É o caso da reinstalação de postos da Justiça Federal em Campo Grande, São Gonçalo e Itaboraí, por exemplo. No início de julho, Basilio; a presidente da Comissão de Previdência Social Pública e Complementar, Suzani Ferraro; a presidente da Comissão Especial da Justiça Federal, Alessandra Lamha, entre outras lideranças da Seccional e de subseções, reuniram-se com Brito para tratar desse e de outros assuntos.

Outra via profícua de diálogo institucional tem sido engendrada pela Corregedoria da OABRJ e pela Comissão da Justiça Federal, que participam das Inspeções Ordinárias Unificadas nas serventias federais promovidas pela Corregedoria do TRF2 (a mais recente foi realizada no final de maio) e das semanas de correições. Essas ações têm como

propósito fiscalizar o trabalho, apurar eventuais infrações éticas e sugerir melhorias para a atuação de advogados e advogadas do estado na Justiça Federal, e a Corregedoria da Seccional e a Comissão de Justiça Federal da OABRJ são os grupos credenciados a reunir e comunicar ao TRF2 os pleitos da advocacia. Os colegas que tiverem

reclamações, dúvidas ou sugestões de aperfeiçoamento dos serviços prestados aos jurisdicionados pela Justiça Federal devem escrever para:

corregedoria.denuncia@oabrj.org.br

"A OAB é uma grande parceira e faz parte desse diálogo, para que saibamos exatamente o que entregar aos jurisdicionados para prestar o melhor serviço", avalia Brito.

■ **A parceria implementada entre a OABRJ e o TRF2 é resultado de um trabalho contínuo entre as instituições e contribui para um processo judicial mais ágil, econômico e justo, fortalecendo a defesa dos direitos dos jurisdicionados e o trabalho dos advogados** ■
Suzani Ferraro

O impacto positivo das salas de perícia do INSS pelo olhar dos presidentes de subseção

● Maricá Eduardo Carlos de Souza



"Os peritos trabalham na subseção três vezes por semana e conseguem atender cerca de 30 pessoas por dia. O projeto propicia um ganho social imenso,

pois o autor da ação precisava sair de Ponta Negra para fazer perícia em Niterói (a cerca de 60km de distância), muitas vezes para receber um benefício de um salário-mínimo. Essas pessoas ficavam lá até tarde, sem lanche ou água e, agora, podem cumprir essa etapa em meros 20 minutos aqui na subseção. Acabamos criando também uma via de acesso aos julgamentos do processo, já que, quando as perícias eram feitas em Niterói, as demandas de Maricá se somavam às de São Gonçalo, que é imenso, e às de Niterói, que é outro município populoso. Um procedimento que levava um ano para ser agendado por Niterói é hoje agendado em Maricá para o mês que vem. Conseguimos dar dignidade ao jurisdicionado e à advocacia".

● Santo Antônio de Pádua Fernanda Xavier



"A parceria da Justiça Federal com a OABRJ trouxe um grande avanço para a advocacia paduana e toda a sociedade. Antigamente, tínhamos que realizar as perícias da

Justiça Federal na cidade de Itaperuna, que fica a 75 km de distância de Santo Antônio de Pádua, o que impunha ao jurisdicionado uma viagem para a realizar o procedimento. E a grande maioria das pessoas que judicializam contra o INSS buscando auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez já estão sem renda e, muitas vezes, precisam de ajuda para se locomover. Hoje, não temos mais esse problema. O impacto positivo do projeto é imenso para a advocacia e a sociedade de forma mais ampla".

● Campo Grande Rodrigo Plaza



"Fazemos, em média, 60 perícias médicas por semana, sempre às terças e quintas. A grande conquista é conseguir beneficiar as pessoas das regiões de Santa Cruz,

Guaratiba, Sepetiba, Seropédica, Itaguaí e Mangaratiba, um universo de mais de 1,5 milhão de pessoas, que, antes, precisavam viajar no transporte público deficitário por quatro horas para chegar ao Centro do Rio e fazer simples perícias médicas. Imagine o esforço que um idoso com problema de coluna precisaria fazer. Os colegas que atuam na área previdenciária adoraram, muitos passaram a conseguir acompanhar o cliente na subseção. Para atender às críticas daqueles que estranharam o fato de a Ordem ter franqueado ao segurado do INSS um espaço que deveria ser de uso exclusivo da advocacia, lutamos, em paralelo, pelo retorno do posto da Justiça Federal a Campo Grande".

● São Fidélis Gleisson Gil dos Santos Silva



"A Subseção de São Fidélis já sediou 360 perícias do INSS desde o início dos atendimentos. A sala foi inaugurada em outubro do ano passado e, em novembro, quando a

agenda de perícias foi aberta, os advogados começaram a pressionar o foro da Justiça Federal, juntando o aditivo do convênio da OABRJ com o TRF2 nas iniciais. Tem sido muito bom, porque a estrutura da OABRJ aqui em São Fidélis tem acessibilidade, o que é importantíssimo para a clientela que pleiteia benefícios do INSS. Todas as segundas-feiras, dia designado para as perícias, vemos com satisfação o movimento dos advogados e dos munícipes que não precisam mais se deslocar numa estrada ruim até Campos dos Goytacazes. Outro ponto positivo foi o fato de os peritos permitirem aos colegas participarem do ato da perícia que acontece na casa da advocacia. Ficou mais confortável para todos".

A pedido da OABRJ, TRT1 acaba com horário 'corujão' de pedido de preferência de julgamento e sustentação oral na segunda instância

Marco inicial passou a ser às 8h da manhã do quinto dia útil anterior à sessão

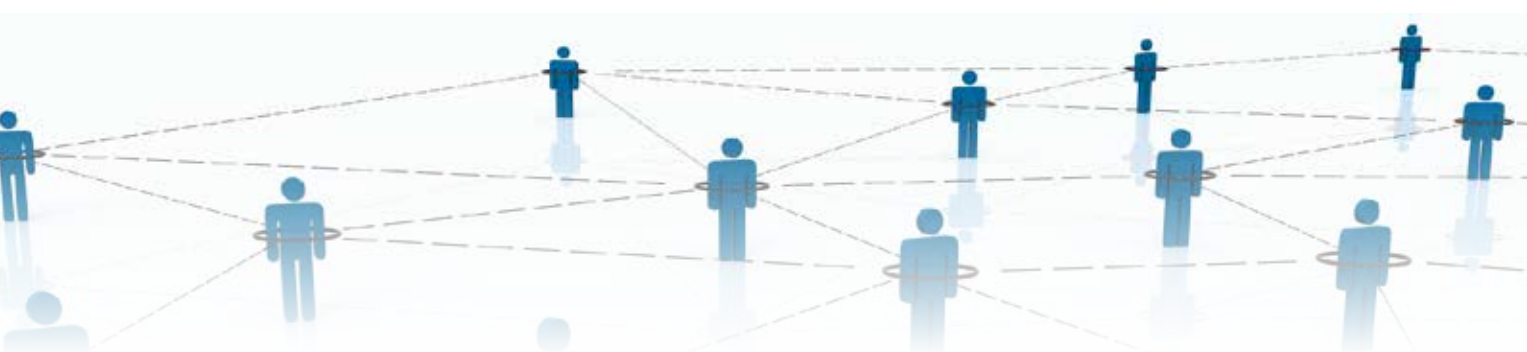
Falando em nome dos trabalhistas inconformados com o horário "corujão" imposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) para o cadastro do pedido de preferência de julgamento/sustentação oral de processos com pauta designada na segunda instância, a OABRJ conseguiu fazer valer um horário, digamos, mais amigável do descanso da advocacia, garantindo isonomia para os colegas que precisam se levantar cedo por causa de filhos pequenos ou compromissos profissionais. O tribunal indicava como marco inicial a meia-noite do quinto dia útil anterior à data da sessão, prazo que se encerrava

também à meia-noite do segundo dia antes da sessão. Graças à atuação da Seccional, este prazo passou a se iniciar às 8h da manhã (o horário de término seguiu igual). A novidade está num despacho publicado pela corte no dia 26 de julho, e a mudança foi implementada pelo TRT1 no dia 9 de agosto.

O pleito havia sido levado ao TRT1 no dia 3 de julho, quando a vice-presidente da Seccional, Ana Tereza Basilio; a presidente da Comissão da Justiça do Trabalho da OABRJ, Érica Santos; e o diretor do Departamento de Apoio às Subseções da Ordem, Ricardo Menezes; reuniram-se com o presidente do

tribunal, desembargador Cesar Marques Carvalho, para tratar do tema.

"Fomos muito bem recebidas pelo desembargador Cesar Marques, que já no dia concordou conosco que os horários não estavam adequados à realidade da advocacia trabalhista. É inviável começar a pedir preferência à meia-noite tendo audiência de manhã cedo. O horário das 8h para início dos pedidos de prioridade é condizente com o expediente rotineiro dos colegas e beneficia toda a classe, especialmente as advogadas mães, que muitas vezes têm dupla jornada de trabalho e terão seu horário de descanso preservado", afirmou Basilio.



Siga a OABRJ nas redes sociais

Quem acompanha os canais de comunicação da Ordem amplia as formas de contato com a Seccional, tem acesso a notícias jurídicas, à divulgação de assuntos de interesse da advocacia, à transmissão online de eventos e a informações sobre serviços, convênios e ações da entidade.



@oabrio



@oabrj



@oabrj_oficial



company/oabrj



oabrjoficial



Canal de notícias no WhatsApp



Com apoio do Sebrae/RJ, o II Congresso Estadual de Direito Canábico, evento de dois dias de duração organizado pela Comissão do Direito do Setor da Cannabis Medicinal (CDCM) da OABRJ, movimentou a Seccional em agosto.

PATROCÍNIO: **SEBRAE**

**Assista à
transmissão e se
atualize sobre
as questões que
cercam o uso da
cannabis no país.**



Qual foi o momento em que você mais sentiu orgulho de ser advogado(a)?

@adv.suelenra... O advogado constrói pontes, contribui para que novas histórias possam ser escritas

@veluciacorrea Desde que me formei.
Sempre

@rpdouglas94 - No momento em que os tribunais superiores me deram razão

@janice-dir - Quando recebi minha carteira da OAB

@_carlona_theodoro - Quando o cliente agradece de coração pelo trabalho

@eduardofilipeadv - Quando estive com minha carteira da Ordem do Advogados do Brasil pela primeira vez em mãos

@jadsonsouzabrasil - Fome e sede de justiça pelos direitos e deveres meus e alheios

@adv.suelenramos - Quando eu descobri quanto o advogado pode contribuir pra um mundo menos desigual

@nildamamede.adv - Quando uma senhora de 90 anos me parou depois que me viu com a bolsa do evento XII Conferência Estadual da OABRJ, ela me disse que a OAB era uma instituição muito importante, pois no momento que ela mais precisou a Ordem não a abandonou, foi na morte de seu marido. Segundo ela a OAB deu toda a assistência. Ela estava muito GRATA!! Que orgulho

OABRJ e Caarj lançam protocolo integrado para abordar casos de violência de gênero com atenção especial à mulher advogada



José Agripino, Fabio Nogueira, Carlos Alberto Direito Filho, Marisa Gaudio, Luciano Bandeira, Andrea Tinoco, Mônica Alexandre Santos, Priscilla Nunes, Isabelle Faria, James Walker

Foto: Flávia Freitas

A OABRJ e a Caarj colocaram em circuito setores importantes de suas estruturas para criar uma rede de segurança em torno de mulheres vítimas de violência – especialmente as mulheres advogadas. A iniciativa batizada de Protocolo Integrado de Enfrentamento e Suporte em Casos de Violência de Gênero foi lançada no dia 18 de julho, na 37ª Sessão Ordinária do Conselho Pleno.

Os órgãos da OABRJ envolvidos, em parceria com a Caarj, são: a Ouvidoria da Mulher, a Corregedoria, o Tribunal de Ética e Disciplina, a Procuradoria-Geral, a Comissão OAB Mulher RJ, a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária e a Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Advocacia.

O presidente da OABRJ, Luciano Bandeira, contou que o projeto unifica o tratamento dos casos que chegam pela Ouvidoria da Mulher.

“Agradeço a todos os órgãos da OABRJ integrados com a Caarj, e tenho certeza de que esta iniciativa significa mais um avanço na pauta de gênero dentro da Ordem”, disse.

De acordo com a presidente da Caixa de Assistência, Marisa Gaudio, responsável pela apresentação do projeto, o objetivo do regulamento é estabelecer uma estrutura organizada entre os setores da OABRJ e da Caarj para oferecer suporte financeiro, jurídico e psicológico às advogadas – e outras mulheres – vítimas de violência, garantindo acolhimento prioritário, trâmite ágil dos processos e tratamento específico quando o(a) suspeito(a) da agressão integrar os quadros da advocacia.

“Os suportes e assistências já são oferecidos por todos os setores da Ordem envolvidos, mas entendemos que precisávamos de um protocolo que integrasse todos esses órgãos em um sistema unificado para que dessemos sequência ao acolhimento, atendimento e orientação, começando pela Ouvidoria da Mulher”, explicou Marisa.

A ouvidora da Mulher, Andrea Tinoco, ressaltou que a prioridade é oferecer um atendimento célere e mais acolhedor às vítimas de violência.

“O protocolo foi desenvolvido com a colaboração de todos os departamentos

da Seccional e torna-se uma demonstração do nosso compromisso com a igualdade de gênero e a defesa dos direitos humanos.”, observou Tinoco.

Foi vítima de violência? Veja como buscar o amparo da OABRJ e da Caarj

A Ouvidoria da Mulher é a porta de entrada para o recebimento de denúncias de violência de gênero ou demandas de outras naturezas relacionadas a gênero.

O público-alvo do acolhimento são mulheres advogadas, as integrantes da sociedade civil e as funcionárias da Seccional.

O atendimento presencial, na sede da Seccional (Avenida Marechal Câmara, 150) deve ser agendado via WhatsApp (21) 99753-9037 ou pelo formulário do Fale com a OABRJ, localizado no topo da página do Portal da Seccional. As mensagens devem ser enviadas apenas por texto.

O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, de 9h às 18h, sempre mediante agendamento.

**JÁ PAGO,
É SÓ USAR**

Já parou para ver tudo o que a anuidade da OABRJ te proporciona?



A OABRJ mantém mais de 450 escritórios digitais (salas de trabalho equipadas com computadores com webcam para a realização de audiências telepresenciais) montados nos pontos de atendimento no estado. Se optasse por usar um escritório em uma rede de espaços de trabalho compartilhado (coworking) na cidade do Rio, o advogado desembolsaria quase o valor de uma anuidade cheia por mês. Na OABRJ, basta ao colega dar bom dia, entrar, apresentar sua identificação, sentar-se e peticionar.



Para que gastar com transporte por aplicativo ou táxi se a OABRJ disponibiliza transporte gratuito ligando a Sede a algumas unidades do Judiciário na Capital? Os criminalistas também têm à disposição um carro para lhes levar da porta do Complexo de Gericinó até a Casa da Advocacia.



Com o projeto "Minha primeira foto profissional", a OAB Jovem te presenteia com três fotos corporativas para que você dê os primeiros passos na carreira em grande estilo. Basta enviar um e-mail para oabjovem@oabRJ.org.br e agendar seu horário.



Aqueles que se sentem perdidos diante da aceleração repentina da virtualização da prestação jurisdicional podem contar com as centrais de petição eletrônico da OABRJ e com o suporte remoto da Diretoria de Inclusão Digital para tirar dúvidas e instalar os programas dos tribunais em seus laptops.





prerrogativas

Sofreu abuso de autoridade durante uma audiência ou teve qualquer outra prerrogativa violada? Ligue ou chame pelo WhatsApp o plantão 24 horas da Comissão de Prerrogativas pelo (21) 99803-7726 e acione a imensa rede de delegados que aumenta em progressão aritmética a cada curso de formação promovido pela Seccional.

@ Recorte Digital

O valor da anuidade dá direito ainda ao Recorte Digital, que permite o acesso às publicações dos tribunais para que os colegas não percam de vista os prazos judiciais. Se um advogado fosse adquirir este mesmo serviço no mercado, precisaria desembolsar o equivalente a uma anuidade cheia.



A OABRJ oferece também o plano odontológico sem custo adicional. Além disso, a advocacia tem acesso ao Clube de Vantagens da Caarj. Os convênios firmados com clínicas, restaurantes, academias e diversos outros estabelecimentos dão aos advogados e às advogadas facilidades e descontos.

advocacia **OABRJ**

OABRJ solicita retorno da IF



Já visitou a área de Eventos no Portal da OABRJ para reservar um tempo para sua atualização profissional por meio das centenas de palestras e seminários que a Seccional promove presencialmente nas sedes e nas 63 subseções?



Está sem tempo para uma visita? Pelo computador, você acessa um sem-número de iniciativas gratuitas de capacitação profissional da Escola Superior da Advocacia, da Escola de Inclusão Digital vinculada à diretoria de mesmo nome, que realizou inúmeros cursos sobre os sistemas dos tribunais, assim como o Projeto de Mentoria e de Certificação Profissional e as mais de 140 comissões temáticas da Seccional. Acesse o canal da OABRJ no YouTube

CLICK

Fotos: Flávia Freitas

Na primeira fila: Mônica Alexandre Santos, Gustavo Tepedino, Luciano Bandeira, Ana Tereza Basílio, João Quinelato, Guilherme Calmon. Atrás: Marcos Luiz Souza, Rita Cortez, Pedro Barretto

A Escola Superior da Advocacia (ESA) da OABRJ inaugurou, em julho, um auditório com capacidade para 140 pessoas, climatizado e dotado de equipamentos para transmissão ao vivo das aulas, palestras e workshops gratuitos, viabilizando programas de modalidade virtual ou híbrida.

A nova estrutura homenageia o advogado, desembargador aposentado e professor de Direito Sylvio Capanema de Souza, baluarte do Direito Civil e Imobiliário, que morreu em junho de 2020, aos 82 anos, vítima da Covid-19. Capanema advogou por 33 anos e foi diretor da ESA antes de ingressar na magistratura, em 1994, por meio do Quinto Constitucional.



Uma escola que vai aonde a advocacia está

Já não é de hoje que a Escola Superior de Advocacia da OABRJ expandiu seus domínios para além das paredes do número 210 da Avenida Marechal Câmara e ganhou o mundo por meio da internet. Afinal, não bastaria manter a infinidade de cursos de aprimoramento profissional com grandes nomes do universo jurídico nacional a preços módicos e as palestras gratuitas restritas apenas ao público da modalidade presencial.

O número total de cursos oferecidos desde 2019 (775) e o de inscritos (mais de 33 mil) evidenciam a produtividade da escola, que ganhou estrutura física quadruplicada logo no início do primeiro mandato de Luciano Bandeira, em 2019, tornando-se a maior ESA do país. Mas o processo de virtualização dos cursos, que se acentuou na pandemia, acabou virando “o novo normal” da instituição criada em 1992 pelo então presidente da Seccional, Sergio Zveiter, democratizando ainda mais o conhecimento jurídico de alta qualidade.

Um marco desse processo foi a realização, pela nova direção da escola, capitaneada pelo advogado e professor João Quinelato, de um grandioso 1º Congresso de Direito da Escola Superior de Advocacia (ESA), no final de abril. Com o tema “Constituição, democracia e novas tecnologias”, o congresso contou com ministros do STF e STJ, como a ministra do Supremo Tribunal



Foto: Flávia Freitas

Federal Carmem Lúcia (foto), além de advogados e advogadas palestrantes, gerando números muito expressivos: 4.700 inscritos assistiram a mais de 370 painelistas organizados em sete salas temáticas diferentes simultâneas, tudo de forma



inteiramente gratuita e com certificação.

Este ano, além do investimento no aprimoramento dos dois universos - o concreto e o on-line, com a instalação de mais um auditório com capacidade para 140 pessoas, em uma estrutura confortável e tecnologicamente equipada para conciliar eventos presenciais e transmissões e gravações em alta qualidade técnica - Quinelato conta que as atenções estão também voltadas para as subseções.

“A ESA passou a estar presente nas sedes da OABRJ no interior, apoiando o advogado localmente e entendendo as deficiências de formação nas comarcas distantes”, diz. “Em todos os projetos, a preocupação com a qualidade acadêmica é permanente e nos atentamos para aliar aspectos práticos com inovações jurisprudenciais e legislativas. Juntos com a advocacia e a academia vamos construir uma ESA mais forte e atuante”.

esa.oabrj.org.br



ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA IRJ





Mentoria concede bolsas de 100% em pós-graduação e amplia leque de treinamentos virtuais

Depois de atrair duas mil pessoas ao Theatro Municipal no fim de maio para um "Mentoria Day" repleto de painéis sobre os temas mais quentes que cercam a prática da advocacia, com grandes nomes do universo jurídico e preocupação com a diversidade (ver página 8), o Projeto Mentoria da OABRJ comemora cinco anos de existência concedendo 500 bolsas integrais no curso de pós-graduação lato sensu em Responsabilidade Civil, Consumidor e Contratos,



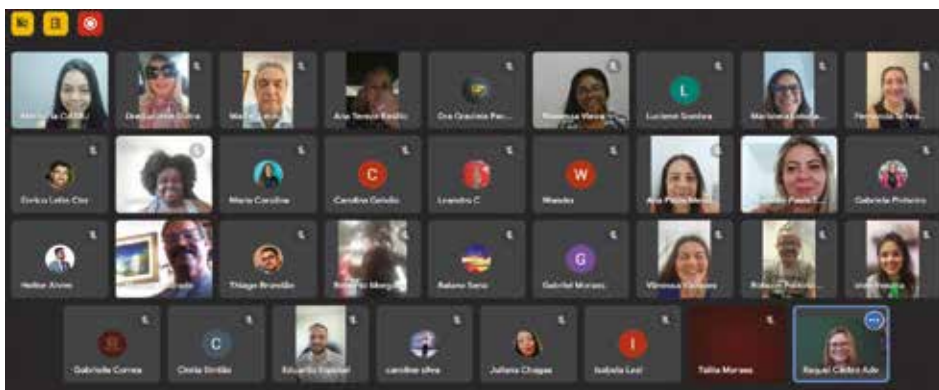
lecionado na modalidade on-line, com certificação do Instituto de Ciências Jurídicas da Faculdade Mar Atlântico. A iniciativa tem o apoio da Escola Superior de Advocacia da OAB/Niterói e não será a única elaborada pelo Projeto Mentoria a propósito do aniversário. A vice-presidente da OABRJ e idealizadora do Mentoria, Ana Tereza Basilio, vem costurando acordos com outras universidades, como a Candido Mendes, para oferecer ainda mais bolsas de 100% em pós-graduação. Acompanhe as mídias da OABRJ e o perfil da Mentoria no Instagram @mentoriaoabrj para descobrir como se beneficiar com as oportunidades gratuitas de capacitação.

"É com imensa alegria que celebramos, em 2024, os cinco anos do Projeto Mentoria da OABRJ. Após alcançarmos o marco de 21 treinamentos permanentes em diversas áreas do Direito, e reunirmos mais de duas mil pessoas no Theatro Municipal no 'Mentoria Day', além de outros projetos, temos o prazer de anunciar mais esta grande conquista que é o oferecimento de bolsas integrais de pós-graduação. Essa iniciativa não só fortalece nossa missão de capacitar advogados

e advogadas, mas, também, reforça nosso compromisso com a inclusão e a excelência no exercício da advocacia", diz Basílio.

O projeto estruturado em 2019, num dos primeiros movimentos da gestão Luciano Bandeira, funciona em diversas frentes, todas convergindo para o mesmo fim: a reciclagem profissional gratuita e democrática da classe (advocacia, bacharéis e estudantes), por meio da generosa doação de tempo e conhecimento jurídico de mentores com mais tarimba em áreas específicas do Direito.

Enquanto inscreve sua marca na história da Seccional, a Mentoria Jurídica da OABRJ continua também, de uma forma ou de outra, deixando rastro na trajetória profissional de milhares de colegas impactados de forma contínua. Nesses 30 meses desta segunda gestão Luciano Bandeira, o compromisso com a manutenção dessa imensa



engrenagem foi renovado diariamente pela Comissão de Mentoria Jurídica, presidida por Thais Fontes, responsável pela execução das iniciativas.

O leque de treinamentos permanentes virtuais pelo canal "Mentoria OABRJ" no YouTube, que já impactaram milhares de colegas, ficou maior.

Somaram-se os de: "Ética profissional e processo ético-disciplinar"; "Prerrogativas"; "Direito antidiscriminatório"; "Direito Constitucional"; "Direito Público"; "Litígio estratégico na advocacia"; "Recuperação de empresas" e "Leilões".

As outras frentes são: a visita guiada de estudantes de Direito às dependências da Seccional; a primeira fase da mentoria (virtual e em grupo, com mais de 15 horas de aula e certificação gratuita) e a fase individual, "um a um" com mais de 300 mentores; as mentorias em grupo presenciais nas subseções; os cursos de Certificação Profissional, o Concurso de Redação anual, que, em 2024, promove sua quinta edição e já distribuiu mais de R\$ 150 mil em créditos estudantis em cursos do Ceped/UERJ, além de notebooks e celulares (com apoio da Caarj e das diretorias de Igualdade Racial e de Apoio à Advocacia da OABRJ); a Revista Eletrônica com artigos jurídicos de mentores e mentorados (a sétima edição já está no ar, no Portal da OABRJ) e o projeto Capacita, em parceria com o Ibrapej e diversas comissões temáticas da OABRJ, que está rodando as subseções.



AGENDA DE TREINAMENTOS DA MENTORIA

SEMANA 1

SEGUNDA	9h - Processo Civil (semanal) 10h - Prática em Direito do Consumidor (quinzenal) 11h - Recuperação de Empresas (semanal)
TERÇA	10h - Direito Civil (semanal) 11h - Direito de Família (quinzenal)
QUARTA	10h - Direito Previdenciário (quinzenal) 11h - Direito e Processo. Penal (quinzenal)
QUINTA	10h - Litígio Estratégica na Advocacia (quinzenal) 11h - Juizados Especiais (quinzenal)
SEXTA	10h - Processo do Trabalho (quinzenal) 11h - Direito Público (quinzenal)

SEMANA 2

SEGUNDA	9h - Processo Civil (semanal) 10h - Advocacia Extrajudicial (quinzenal) 11h - Direito Constitucional
TERÇA	9h - Direito Homosafetivo (quinzenal) 10h - Direito Civil (semanal) 11h - Leilões (quinzenal)
QUARTA	10h - Prerrogativas (quinzenal) 11h - Direito Autoral (quinzenal)
QUINTA	10h - Direito Condominial (quinzenal) 11h - Direito Urb. e Imobiliário (quinzenal)
SEXTA	10h - Direito Antidiscriminatório (quinzenal) 11h - Ética Profissional e Processo Ético-Disciplinar (quinzenal)

Inscreva-se GRATUITAMENTE no link do perfil do Instagram @mentoriaoabrj



Transmissão no canal de YouTube "mentoriaoabrj"



Caarj leva espaços de apoio a famílias

Nos últimos meses, a Caixa de Assistência da Advocacia do Rio de Janeiro continuou honrando seu papel de guarda-chuva sempre pronto para proteger a advocacia e seus familiares das intempéries que a vida da porta para fora do escritório apresenta. Seja por meio de seus diversos eixos assistenciais, das facilidades garantidas pelos mais de mil parceiros - sim, mil! - do Clube de Vantagens (que inclui o Teatro Riachuelo, a Renner e o Ibeu, por exemplo) e iniciativas como a campanha de vacinação anual que, desde 2013, alcança, gratuitamente, a advocacia, estagiários e estagiárias de Direito e funcionários das sedes da OABRJ da capital e do interior, graças à bem-sucedida parceria da Ordem com a Secretária de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Sensível à tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, a Caixa da Advocacia, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ) da OABRJ, articulou a coleta e a entrega de sete toneladas de doações para as vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul, integrando a advocacia fluminense ao grande cinturão de solidariedade que se formou em torno da população gaúcha.

Pela primeira vez nas mais de oito décadas de existência presidida por uma mulher, a ex-diretora de Mulheres da OABRJ, Marisa Gaudio, a Caixa intensificou a atenção às necessidades específicas daquelas que precisam trazer filhos ao trabalho, instalando brinquedoteca e sala de amamentação no segundo andar do prédio da Marechal Camara, 150, onde fica a sede da Caarj. Depois, a Casa de Prerrogativas Celso Fontenelle e a Central de Escritórios Digitais do Edifício De Paoli, ambas também no Centro do Rio, ganharam espaços iguais. O projeto deu tão certo que a Caixa e a Seccional instalaram esses espaços nas subseções de Madureira/Jacarepaguá, Méier, Vassouras, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Itaperuna, Santa Cruz, Resende, Miguel Pereira e Itaguaí - e essa lista está em constante crescimento.

O projeto Advocacia sem Machismo continua percorrendo universidades e subseções de todo o estado, promovendo oficinas com variações do tema de sempre: o urgente combate às formas de discriminação no sistema de Justiça, que atingem mulheres e outras minorias políticas. É possível assistir a algumas das edições numa playlist no Canal da OABRJ no YouTube.

O Caarj 4.0, que, em 2021 ganhou apoio de todas as faculdades de Direito do estado, também não parou. Voltado para advogados e advogadas em início de carreira, estagiários e estudantes de Direito, promove integração da OABRJ e da Caarj com futuros colegas,, além de apresentar todos os serviços e benefícios oferecidos à classe por meio de palestras, convênios, sorteios e apoio na porta da prova da OAB.



Foto: Flávia Freitas

Marisa Gaudio

“Era indispensável à Caarj um olhar específico para a pauta da mulher, a racial, a LGBTQIA+, a da pessoa idosa. A sociedade evolui e a Caixa tem que evoluir junto”
Marisa Gaudio

Acesse o site e conheça tudo o que Caarj faz por você



a subseções e amplia leque assistencial

VOCÊ CONHECE AS LINHAS ASSISTENCIAIS DA CAARJ?

Para concessão dos benefícios da Caarj, é necessário o cumprimento de condições gerais previstas no Estatuto e Resolução vigente da Caarj. O(a) advogado(a) que desejar a solicitação de um benefício precisa enviar um e-mail com sua requisição para assistencia@caarj.org.br. O pedido deverá estar acompanhado da respectiva documentação comprobatória, que será analisada pelo setor de Assistência Social e seguirá o trâmite previsto na regulamentação interna.

Auxílio Inclusão Social - Ajuda para advogados e advogadas em situação de vulnerabilidade social ou fragilidade sociofamiliar, com dificuldades de exercer a profissão.



Projeto Nascer - Incluído através do Plano de Valorização da Mulher Advogada, este projeto isenta a advogada mulher da anuidade referente ao ano de nascimento, adoção ou perda gestacional. O prazo para solicitação é de 180 dias a contar da data do evento.



Projeto Aprender - Auxílio para advogados e advogadas com filhos (biológicos ou não) com idade entre 3 e 18 (incompletos) anos, cursando da Educação Infantil ao Ensino Médio, no período entre janeiro e março de cada ano.

Auxílio Funeral - Destinado aos familiares de advogados e advogadas que faleceram, auxiliando com suas despesas de funeral e serviços lutosos.

Auxílio Proteção à Advogada - Auxilia mulheres advogadas vítimas de violência doméstica, facilitando sua manutenção ou reinserção no mercado de trabalho durante este difícil período.

Auxílio Cesta Básica - É direcionado a advogados(as) que estejam impedidos de trabalhar ou com dificuldade no exercício da profissão.



Auxílio Psicossocial - Tem o propósito de auxiliar advogados e advogadas sem condições financeiras que precisam de atendimento de um profissional da área da saúde mental. A Caarj fornece até dez sessões por ano para o(a) advogado(a).

Auxílio Calamidade - Consiste no auxílio ao advogado(a) que passe por alguma situação de catástrofe, como em casos de enchentes ou incêndios. Esta ajuda poderá ser financeira, e/ou por meio doação de produtos in natura ou objetos de subsistência.

Auxílio Medicamento - Reembolso, até o limite de uma anuidade, para advogados e advogadas que estejam precisando de medicação (contínua ou não), em situações em que este valor esteja comprometendo financeiramente o seu sustento e/ou de sua família.

Auxílio Enfermidade - Contribuição financeira para o advogado ou advogada que esteja com alguma doença que cause prejuízo à sua capacidade de exercer seu trabalho na advocacia.



Foto: Flávia Freitas



Foto: Flávia Freitas



Foto: Bruno Mirandella

Mostra da força da pauta feminina para a gestão, Ouvidoria da Mulher ganha sala de atendimento na sede

Saiba como agendar um horário de atendimento

Mulheres advogadas, integrantes da sociedade civil e funcionárias da OABRJ que precisarem recorrer à Ouvidoria da Mulher da Seccional para dar conta de denúncias ou demandas das mais diversas naturezas passaram a ser atendidas no espaço inaugurado em junho no segundo andar da sede da Avenida Marechal Câmara, 150.

A sala própria, que fica perto da

brinquedoteca e da sala de amamentação da Caixa de Assistência da Advocacia do Rio de Janeiro (Caarj), tem ambiente climatizado e acolhedor, e mostra a importância que a atenção à mulher vem merecendo das gestões Luciano Bandeira.

Para a vice-presidente da OABRJ, Ana Tereza Basilio, o espaço significa uma grande conquista para todas as mulheres.

“Inaugurar uma sala privativa para a Ouvidoria da Mulher, que tem recebido muitas demandas, significa um importante passo. É um lugar onde a mulher se sente bem recebida, ouvida com atenção e de maneira reservada”, destacou Basilio.

O horário de atendimento é de segunda a

sexta-feira, de 9h às 18h, sempre mediante agendamento, seja pelo WhatsApp (21) 99753-9037 ou pelo formulário do Fale com a OABRJ, localizado no topo da página do Portal da Seccional. As mensagens devem ser enviadas apenas por texto.

A ouvidora da Mulher, Andréa Tinoco, explica a importância de a Ouvidoria ter um espaço reservado, para aprimorar a escuta das mulheres que buscam a ajuda do órgão.

“Esta sala representa mais do que paredes e mobília – simboliza o compromisso da Ordem em apoiar e proteger as mulheres, advogadas ou não, em momentos de maior vulnerabilidade. Como ouvidora da Mulher, sei da importância de proporcionar espaços seguros e acolhedores para aquelas que enfrentam situações de violência”.

Também participaram da inauguração a secretária-adjunta da Seccional, Mônica Alexandre Santos, a presidente da Caarj, Marisa Gaudio, o diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS), Ricardo Menezes, e a diretora de Convênios da Caixa, Fernanda Mata.

Marisa destaca que a união de projetos fortalece o acolhimento às advogadas e às famílias.

“A OABRJ e a Caarj resolveram unir os trabalhos que já existem. Ter este espaço da Ouvidoria da Mulher no andar da Caixa é uma nova conquista para a advocacia e se encaixa na realidade atual da classe. Entendemos que este espaço dividido com a brinquedoteca seria um lugar onde as colegas que vêm conversar com a Ouvidoria da Mulher se sentiriam mais confortáveis e acolhidas”.

Andréa Tinoco, Mônica Alexandre Santos, Marisa Gaudio e Ana Tereza Basilio



Fotos: Flávia Freitas



O julgamento com perspectiva de gênero como premissa para a efetivação da justiça



CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO FILHO*

O advento da Constituição de 1988 é um marco na consagração da advocacia como protagonista fundamental para a administração da justiça e o aprimoramento dos valores democráticos e do Estado de Direito no Brasil.

De fato, como porta-vozes de uma festajada pluralidade de anseios e interesses, é imprescindível que ao advogado seja deferida a proteção constitucional para que participe de forma ativa e preponderante na construção de um Estado mais igualitário que congregue em seus sistemas protetivos a diversidade de existências.

Nesse sentido, deve-se reconhecer que o sistema judiciário, como um todo, reflete em seu bojo as complexidades e os desafios que vivenciamos como sociedade, ecoando em seus julgamentos conceitos e mesmo preconceitos sociais vigentes que, não raras as vezes, moldam a interpretação de dispositivos legais que se pretendem neutros.

Assim, reconhecer e enfrentar as desigualdades de gênero que ainda per-

meiam as estruturas sociais e jurídicas passa a ter fundamental importância no cumprimento estrito da função social do advogado, que deve assegurar que as decisões judiciais não sejam contaminadas pela falta de compreensão das dinâmicas de poder que afetam mulheres e pessoas de diferentes identidades de gênero.

Nesse contexto, o Poder Judiciário, por meio de seu Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editou o Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, tornado obrigatório com a Resolução 432/23, enfatizando a necessidade de se observar na prática diária de todos os seus membros, detentores da legítima autoridade na prestação jurisdicional, as diretrizes preconizadas no Protocolo.

Por sua vez, o Tribunal de Ética e Disciplina do Estado do Rio de Janeiro foi pioneiro dentro do sistema nacional da OAB ao elaborar a Resolução nº 01/2023, publicada no diário eletrônico da OAB no dia 5 de maio de 2023, estabelecendo diretrizes gerais para julgamento de processos ético-disciplinares com perspectiva de gênero no âmbito desta seccional.

Em suma, a novel resolução, fruto da iniciativa e sensibilidade de advogadas de nossos quadros, foi elaborada com o objetivo de criar um ambiente propício a um julgamento mais justo e igualitário, livre de estigmas e estereótipos e, ao mesmo tempo, seguro para a parte que se encontra em situação de vulnerabilidade.

Longe de ser um benefício, o protocolo serve para fortalecer a nossa instituição, pois, ao promover práticas capazes de mitigar as desigualdades ainda vigentes em nossa sociedade, reforçará a confiança de todas as pessoas, independentemente de seu gênero, em nossos julgamentos. Contudo, para que a Reso-

lução possa atingir seu objetivo se faz necessário um amplo conhecimento sobre o tema que permita a cada um de nós identificar as situações fáticas e processuais que caracterizam as assimetrias nas diversas fases do processo e, até mesmo, nas circunstâncias que antecederam à representação.

Para tanto, foi lançada a Cartilha Para Atuação em Julgamento Com Perspectiva de Gênero em que estão apresentados os conceitos básicos sobre a questão de gênero, com casos exemplificativos de situações em que a desigualdade de tratamento é verificada. Além disso, a cartilha servirá de orientação para os membros do Tribunal de Ética e Disciplina da OABRJ na adoção de medidas procedimentais que conduzam de forma equânime a um julgamento justo.

Esse compromisso assumido pelo TED/RJ é mais do que uma vitória da advocacia, é um marco no necessário avanço civilizatório, uma verdadeira e concreta conquista da sociedade.

***Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OABRJ**



ACESSE A
**CARTILHA PARA
 ATUAÇÃO EM
 JULGAMENTO
 COM
 PERSPECTIVA
 DE GÊNERO
 - Resolução
 nº 01/2023 do
 Tribunal de Ética
 e Disciplina do
 Estado do Rio de
 Janeiro**



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado do Rio de Janeiro (Triênio 2022/2024)

DIRETORIA DA SECCIONAL

Presidente

Luciano Bandeira Arantes

Vice-Presidente

Ana Tereza Basilio

Secretário-Geral

Marcos Luiz Oliveira de Souza

Secretário-Geral Adjunta

Mônica Alexandre Santos

Tesoureiro

Fábio Nogueira Fernandes

Marcela Nassur Viana

Márcia Dinis

Marcio Vieira Souto Costa Ferreira

Marcos José de Almeida Ferré

Coutinho

Maria Adelia Campello Rodrigues

Pereira

Mariana Burity Martins

Mariana Teixeira Frassetto

Mauricio Pereira Faro

Mônica Goes de Andrade Mendes de Almeida

Natalia Faria de Souza

Paula Heleno Vergueiro

Priscilla Grace Nunes Januzzi

Dauaire

Rachel Glatt

Rafael Caetano Borges

Raquel Pereira de Castro Araujo

Renata di Masi Palheiro

Ricardo Loretto Henrici

Ricardo Santos Junqueira de

Andrade

Roberto Ferreira de Andrade

Romualdo Mendes de Freitas Filho

Samantha Mendes Longo

Talita Menezes do Nascimento

Tatiana Loureiro Binato de Castro

Thiago Gonzalez Queiroz

Vânia Siciliano Aieta

Vólia De Menezes Bomfim

CONSELHEIROS SUPLENTE

Adriana dos Santos Brandão de

Paula

Agatha Ribeiro Pires

Alessandra de Barros Wanderley

Alessandra Lamha Carneiro

Ana Amélia Menna Barreto

Andréa de Fátima Ribeiro Zabaleta

Cabo

Andrea Zoghbi Brick

Bernardo Pereira de Castro

Moreira Garcia

Bruno Fernandes Carvalho

Bruno Hazan Carneiro

Bruno Silva de Oliveira

Camila Mendes Vianna Cardoso

Carlos Nicodemos Oliveira Silva

Carolina Bezerra Lima da Silva

Carolina Cardoso Francisco

Moutinho

Carolyne Albernard Gomes

Castelar Carota Pereira Neto

Cristiane Cardoso Lopes Mancano

Daniele Arruda Cordeiro

Débora Batista Martins

Denise Castellano Marques da

Cruz

Douglas Blaichman

Eliano Enzo da Silva

Elmo Portella

Fabiane da Silva Rosa

Fatima Cristina Santoro

Gerstenberger

Fátima Henriette de Miranda e

Silva

Fernanda Cristine Soares Fonseca

Mata

Fernanda Maibon Sauer

Gabriela Vieira Leonardos

Gilberto Fraga

Giovana Mariano de Jesus

Gisela de Assis de Souza

Guilherme Emanuel dos Santos

Rocha

Gustavo Carvalho Gomes Sch

wartz

Gustavo Proença da Silva

Mendonça

Helem Rose Francisquini da Silva

Henrique Cláudio Maués

Hercules Anton de Almeida

Hugo Leite Jerke

Isabela Blanco Pamplona

James Walker Neves Corrêa Júnior

João Felipe Barbieri Cysneiros

Vianna

João Gabriel Maffei Balthar

Jorge Rubem Folea De Oliveira

José Solon Tepedino Jaffé

Karen Patricia Pestana Gomes

Karina Stern de Freitas de Siqueira

Katia Rubinstein Tavares

Leticia Delmindo Rangel

Lucas Guimarães Rocha

Luciana André Levy

Luciana da Silva Nunes

Luciano Bandeira de Tolla

Luis Eduardo de Oliveira Maneira

Manoela Augusta Martins

Rodrigues Dourado

Marcela Maffei Quadra Travassos

Marcelo Vinicius Rabelo Pinheiro

Marcia Cristina dos Santos Braz

Maria Clara Sirimarco Batista

Marta Martins Sahione Fadel

Paulo Parente Marques Mendes

Rachel Louise Braga Delmás Leoni

Lopes de Oliveira

Renan dos Santos Figueiredo

Renato Neves Tonini

Roberta de Azeredo Ferreira

Pagetti

Roberto Monteiro Soares

Robson Caetano da Silva

Rosana dos Santos Alcantara

Sérgio Guimarães Riera

Sergio Luiz Pinheiro Sant'anna

Silvia dos Santos Correia

Taissa Salles Romeiro

Thiago Duarte Costa

Thiago Miranda Minagé

Tulio Claudio Ideses

Vagner Sant'ana Da Cunha

Wagner Rebello De Oliveira

William Takachi Noguchi Do Vale

CONSELHEIROS FEDERAIS

Paulo Cesar Salomão Filho

Juliana Hoppner Bumachar

Schmidt

Marcelo Fontes Cesar de

Oliveira

SUPLENTE

Fernanda Lara Tortima

Marta Cristina de Faria Alves

Eurico de Jesus Teles Neto

MEMBROS HONORÁRIOS

VITALÍCIOS

Waldemar Zweiter

Nilo Batista

Sergio Zweiter

Octavio Gomes

Wadih Nemer Damous Filho

Felipe de Santa Cruz Oliveira

Scaletsky

PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES

Nova Iguaçu – Hilário Franklin

Pinto de Souza

Duque De Caxias – Débora Ribeiro

Duarte Arditti

Petrópolis – Marcelo Gouvea

Schaefer

Barra Mansa – Aloizio Perez

Volta Redonda – Carolina Patitucci

de Azevedo

Barra do Pirai – Marcelo Medeiros

lunes

Valença – Antônio Tadeu de

Almeida Lasneaux Junior

São Gonçalo – Andreia da Silva

Pereira

Nova Friburgo – Alexandre

Valença de Lima

Miracema – Mariely Furtado

Barros

Itaperuna – Arthur Martins Ramos

Rodrigues

Campos – Filipe Franco Estefan

Tererópolis – Édio de Paula Ribeiro

Junior

Três Rios – Simone de Souza

Badaro

Macaé – Ana Agleice Poncio

Destefani

Niterói – Pedro Gomes de Oliveira

Bom Jesus do Itabapoana – Tulio

Fiori Rezende Cordeiro

Resende – Andreia de Oliveira

Valente

São João de Meriti – Eduardo

Sales Ribeiro Soares

Cabo Frio – Kelven Ambrogio Lima

Angra dos Reis – Andre Gomes

Pereira

Magé – Paulo Vinicius Dutra Lopes

Itaguaí – Joseph Pineiro de

Carvalho

Nilópolis – Maria de Fátima

Pfaltzgraff Ribeiro

Itaboraí – Lauro de Mattos Junior

Cantagalo – Anderson Quintes

da Motta

Vassouras – Maicon Rodrigues

Araruama – Rosana da Conceição

Jardim Pinaud

Campo Grande – Rodrigo Lopes

Plaza

Santa Cruz – Paulo dos Santos

Freitas

Bangu – Nathalia Pinhão de

Azevedo

Madureira/Jacarepaguá –

Waldemar Antonio das Chagas

Ilha Do Governador – Franklin

de Oliveira Barretto

São Fidélis – Gleisson Gil dos

Santo Silva

Rio Bonito – Karen Livia da Silva

Figueiredo

Paraíba do Sul – Eduardo

Langoni de Oliveira

Santo Antônio de Pádua –

Fernanda Medeiros Lisboa

Xavier

Maricá – Eduardo Carlos de

Souza

Paracambi – Fabiano Campos

Neves

Paraty –

Miguel Pereira – Diego Tadeu

Correa Esteves

Pirai – Luiz Augusto Guimarães

da Costa

Rio Claro – Aline Penna

Itaocara – Fernando José

Marron da Rocha

Cordeiro – Camila Freitas

Monnerat

Cambuci – Fernanda Chaves

Castro

Mendes – Paulo Afonso Loyola

Costa

São Pedro da Aldeia – Neemias

Pereira Lima

Cachoeiras de Macacu – David

Soares da Silva Ruas

Mangaratiba – Ilson de Carvalho

Ribeiro

Saquarea – Miguel Saraiva

de Souza

Rio das Ostras – Michele

Ferreira da Silva Mansur

Belford Roxo – Abelardo

Medeiros Tenório

Queimados – Alexandre Fontes

de Oliveira

Meíer – Gracia Monte Barradas

Porciúncula – Simone Codato

do Carmo

Barra da Tijuca – Marcus

Antonio Silva Soares

Leopoldina – Alexandre

Menezes Teixeira Aguiar

Seropédica – Ramon Francisco

dos Santos

Pavuna – Maria de Fátima Lira

Monteiro Figueiredo

Buzios – Osmar Augusto

Rodrigues Barbosa

Iguaba Grande – Diego Americo

de Moraes

Casimiro de Abreu –

Alessandra Silva Batista

OPORTUNIDADE EXCLUSIVA PARA A ADVOCACIA

PARCERIA

OABRJ  **AASP**

Garanta 120 dias de acesso ilimitado e gratuito ao ecossistema completo de produtos e serviços jurídicos

- **Assinador digital**
- **Gerenciador de processos e escritório**
- **Biblioteca digital**
- **Revista do Advogado**
- **Jurisprudência**
- **Boletim AASP**

LEIA O QR CODE

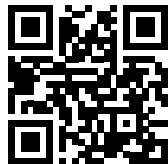




**Planos a
partir de
R\$ 137**

OABSAÚDE

RIO DE JANEIRO



(21) 99755-1338
oabrjsaude.com.br

REMETENTE:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DO RIO DE JANEIRO
AV. MARECHAL CÂMARA, 150 | CENTRO | RIO DE JANEIRO/RJ | 20020-080